

# Diário do Legislativo de 23/04/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduato - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 22ª Reunião Ordinária

1.2 - 8ª Reunião Especial

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/4/99

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99 - Projeto de Lei Complementar nº 8/99 - Projetos de Lei nºs 241 a 251/99 - Requerimentos nºs 216 a 227/99 - Requerimento do Deputado Márcio Cunha - Comunicações dos Deputados Irani Barbosa, Carlos Pimenta, Luiz Menezes (2) e Elaine Matozinhos (2) - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Dilzon Melo - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - George Hilton - Glycon Terra Pinto - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Henrique - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado João Leite, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Marco Régis, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, Secretário da Fazenda, encaminhando os Demonstrativos Contábeis da Administração Direta, Indireta e Fundos referentes a fevereiro de 1999. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Francisco Wenceslau Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, encaminhando manifesto dessa Câmara em apoio ao Projeto Minas Unida Vence a Crise. (- Anexe-se ao requerimento da Mesa da Assembléia relativo ao Projeto Minas Unida Vence a Crise.)

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13/99

Acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica acrescentado à Constituição do Estado o seguinte art. 300:

"Art. 300 - À Coordenadoria-Geral de Perícia Oficial do Estado de Minas Gerais, instituição permanente dotada de autonomia administrativa, técnica e financeira, subordinada ao Governador do Estado e essencial à função jurisdicional, incumbe, privativamente, a realização das perícias oficiais no âmbito do Estado.

§ 1º - São princípios institucionais da Coordenadoria-Geral de Perícia Oficial do Estado de Minas Gerais a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º - A perícia oficial do Estado é exercida por perito criminal, médico-legista e odonto-legista.

§ 3º - O Coordenador-Geral será um perito em final de carreira, nomeado pelo Governador do Estado, entre os integrantes de lista tríplice elaborada pelos peritos oficiais, para um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

§ 4º - Ficam transferidos para a Coordenadoria-Geral de Perícia Oficial do Estado os servidores integrantes dos quadros do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal, assim como os bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio desses órgãos.

§ 5º - A estrutura orgânica da Coordenadoria-Geral de Perícia Oficial do Estado de Minas Gerais será estabelecida em lei."

Art. 2º - Fica suprimido o inciso I do art. 139 da Constituição do Estado.

Art. 3º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 1999.

João Leite - Adelmo Carneiro Leão - Miguel Martini - Maria José Hauelsen - Paulo Piau - Marcelo Gonçalves - Amílcar Martins - Ivo José - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Menezes - Hely Tarquínio - Rêmolo Aloise - Márcio Kangussu - José Henrique - Sebastião Costa - Edson Rezende - Fábio Avelar - Marco Régis - Álvaro Antônio - Maria Tereza Lara - Ailton Vilela - Durval Ângelo - Alberto Bejani - Wanderley Ávila - Antônio Carlos Andrada - Eduardo Hermeto - Rogério Correia.

Justificação: O Instituto de Criminalística e o Instituto Médico-Legal da Secretaria da Segurança Pública são as unidades administrativas responsáveis pela realização das perícias em geral, atividade de maior relevância no domínio das investigações criminais.

Atualmente, esses órgãos não dispõem de autonomia suficiente para o desempenho de suas atribuições legais. É sabido que a perícia oficial em Minas Gerais, que compreende as atividades de criminalística e medicina legal, encontra-se numa situação preocupante, pois não lhe são assegurados efetivamente os meios necessários para auxiliar a justiça.

O papel da perícia é de suma importância para a apuração das infrações. Para comprovar a veracidade de tal afirmação, basta ressaltar que o Código de Processo Penal consagra ao assunto o Capítulo II do Título VII (do art. 158 ao art. 184). Em razão disso, é preciso que o órgão disponha de maior grau de autonomia para atuar com imparcialidade na busca da verdade dos fatos, o que permite a ação da justiça.

Ora, o laudo pericial constitui um documento que exige muita responsabilidade por parte do perito, devendo ser feito com critério e de forma minuciosa, sem qualquer pressão ou interferência que possa comprometer a autenticidade da perícia.

Não há dúvida de que o êxito das investigações depende, em grande parte, de uma perícia competente, séria e, acima de tudo, autônoma.

Para tanto, torna-se imprescindível a criação da Coordenadoria-Geral de Perícia Oficial do Estado, instituição permanente e dotada de autonomia administrativa, técnica e financeira. Da mesma forma, entendemos que a direção desse órgão autônomo deve ser confiada a um perito integrante da carreira, nomeado pelo Governador do Estado.

A CPI do Sistema Penitenciário, após tomar o depoimento de diversas autoridades envolvidas, direta ou indiretamente, com o sistema penitenciário do Estado e depois de visitar

vários órgãos e entidades da administração pública, chega à conclusão de que a perícia não deve estar subordinada a Delegado de Polícia, porque tal vinculação compromete a eficiência da atividade realizada pelos peritos. É indispensável que o órgão que se pretende criar por meio desta proposição seja dotado de independência funcional para garantir maior segurança no julgamento dos processos judiciais, como já ocorre em outros Estados da Federação.

É oportuno assinalar que o Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Ministério da Justiça em 1996, incentiva o fortalecimento dos institutos médico-legais e de criminalística, recomendando a adoção de medidas que assegurem a sua excelência técnica e progressiva autonomia, bem como a sua articulação com universidades com vistas a aumentar a absorção de tecnologias.

A criação da Coordenadoria-Geral de Perícia Oficial do Estado implica a supressão do inciso I do art. 139 da Carta mineira, que subordina a perícia técnico-científica a Delegado de Polícia.

Dessa forma, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas da Casa para a aprovação desta proposição.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Complementar Nº 8/99

Dispõe sobre a aposentadoria voluntária do servidor público designado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei assegurará ao servidor público designado o direito à aposentadoria voluntária.

§ 1º - O interstício será de cinco anos consecutivos no exercício da interinidade.

§ 2º - O Estado deverá promover concurso público para regularizar a situação dos cargos ocupados por servidores designados.

§ 3º - Esta lei altera o art. 108 do Estatuto do Servidor Público de Minas Gerais.

§ 4º - Revoga-se integralmente o art. 112 do Estatuto do Servidor Público de Minas Gerais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os direitos adquiridos nela previstos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 20 de abril de 1999.

Aílton Vilela

Justificação: Este projeto de lei tem como objetivo assegurar a aposentadoria voluntária ao servidor público designado para ocupar cargo no Estado.

Salientamos que tal servidor goza dos mesmos direitos dos servidores em atividade e das aposentadorias por invalidez e compulsória. Entendemos ser justo conceder-lhe o direito à aposentadoria voluntária, conforme prevê o projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 241/99

Declara de utilidade pública o Centro Espírita Vinhas do Senhor, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais decreta:

Art.1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Espírita Vinhas do Senhor, com sede na Rua Tomás Antônio Gonzaga, 305, Bairro São José, Município de Pouso Alegre, CGC nº 17.409.863/0001-10.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 1999.

Chico Rafael

Justificação: Este projeto de lei tem o objetivo de declarar de utilidade pública o Centro Espírita Vinhas do Senhor, com sede no Município de Pouso Alegre. Trata-se de entidade civil, religiosa e filantrópica que comprovou, conforme documentação anexa, ter personalidade jurídica, estar em funcionamento há mais de dois anos, não remunerar os cargos de sua direção e ter como Diretores pessoas idôneas.

Pelo fato de a citada entidade atender aos requisitos constantes na Lei nº12.972, de 27/7/98, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 242/99

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa Companhia de Gás e Energia da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a constituir empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado de Minas e Energia, sob a denominação de Companhia de Gás e Energia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, para planejar, implantar, operar e explorar os serviços de gás e energia na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Parágrafo único - A empresa será constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede e foro no Município de Belo Horizonte e prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A Companhia de Gás e Energia da Região Metropolitana de Belo Horizonte reger-se-á pelo disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único - A administração da empresa será exercida pelo Conselho Administrativo e pela Diretoria Executiva.

Art. 3º - O capital social da empresa será de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em ações ordinárias nominativas.

Art. 4º- O Estado terá a titularidade do percentual das ações com direito a voto que lhe assegure o controle da empresa.

Art. 5º- Somente poderá ser acionista da Companhia de Gás e Energia da Região Metropolitana de Belo Horizonte pessoa jurídica de direito público interno.

Art. 6º - Na implantação da empresa a que se refere esta lei será aberto prazo para que os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte subscrevam parcela do capital social não subscrita pelo Estado.

Parágrafo único - A participação societária dos municípios a que se refere o "caput" deste artigo observará os critérios de proporcionalidade fixados no estatuto social da empresa.

Art. 7º - A expansão da rede de gás e energia será realizada de acordo com o planejamento urbano integrado.

Art. 8º- Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários para receber em doação os bens móveis e imóveis e, por meio de transferência, os recursos humanos e os direitos de propriedade da CEMIG e da GASMIG, dos municípios membros da Região Metropolitana de Belo Horizonte, indispensáveis à consecução dos objetivos da empresa.

§ 1º- O recebimento da doação a que se refere o "caput" deste artigo fica condicionado a garantia de repasse, pelo Estado, pela CEMIG e pela GASMIG, dos recursos financeiros necessários à manutenção e à operação do sistema de gás e energia da Região Metropolitana de Belo Horizonte no que se refere à folha de pagamento dos empregados transferidos, aos encargos sociais e aos demais benefícios sociais e trabalhistas incidentes.

§ 2º - Após a constituição da Companhia de Gás e Energia da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a aprovação de seu estatuto social, os atos necessários ao recebimento da doação a que se refere o "caput" deste artigo serão realizados pelos administradores da empresa.

Art. 9º- Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, até o limite de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, abril de 1999.

Irani Barbosa

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 243/99

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 11.475, de 26 de maio de 1994, que dispõe sobre a reorganização da Fundação Helena Antipoff, estabelece níveis de vencimentos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa decreta:

Art. 1º - O art. 7º da Lei nº 11.475, de 26 de maio de 1994, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º - O Conselho Curador é composto por nove membros, sendo:

I - o Secretário de Estado da Educação que exercerá a sua Presidência;

II - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

IV - um representante da Associação de Pais de Alunos da Fundação;

V - quatro pessoas de notória competência.

VI - o Presidente da Fundação, nos termos do art. 10.

§ 1º - O exercício da função de conselheiro é gratuita e relevante.

§ 2º - Haverá, para cada membro elencado nos incisos II, III e IV, um suplente.

§ 3º - A designação dos membros será feita pelo Governador do Estado, observadas as indicações respectivas das entidades representadas quanto aos efetivos e aos suplentes.

§ 4º - O mandato dos membros do Conselho Curador é de natureza gratuita e tem duração de dois anos, permitida uma recondução.".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 1999.

Dinis Pinheiro

Justificação: Tem o presente projeto como escopo dar nova redação ao art. 7º da Lei nº 11.475, de 1994. Esse objetivo fundamenta-se na adequação do Conselho Curador às suas elevadas funções, relacionadas no art. 6º do citado ordenamento legal.

O caráter fiscalizador do Conselho requer de seus membros atributos e disponibilidade indispensáveis para o alcance de seu fim. Essa orientação está presente no projeto de lei.

Prevêem-se para o Conselho pessoas ligadas ao poder público, notadamente as de notória especialidade e ilibada reputação. Para todas as pessoas é regra máxima não-remuneração para o exercício dessa relevante função.

Não se perde de vista a lição da grande mestra Helena Antipoff, sempre atual.

Aguardo, com apoio dos nobres Deputados, a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 244/99

Revoga o art. 9º da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993, modificado pelo art. 28 da Lei nº 11.406, de 26 de janeiro de 1994, que dispõe sobre verba honorária atribuída aos membros de conselhos curadores ou de órgãos colegiados equivalentes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica revogado o art. 9º da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993, alterado pelo art. 28 da Lei nº 11.406, de 26 de janeiro de 1994.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 1999.

Dinis Pinheiro

Justificação: Ao se propor a revogação do referido artigo, pretende-se resgatar o verdadeiro sentido da constituição dos conselhos curadores ou dos órgãos colegiados equivalentes, considerando que a esses órgãos compete deliberar e controlar as atividades das fundações públicas estaduais, sendo constituídos por pessoas de ilibada conduta moral; que o desempenho da função de conselheiro é serviço relevante, caracterizando múnus público a ser registrado no currículo pessoal na forma usual; e que a remuneração incentiva a disputa e a reivindicação, contrárias ao caráter que se pretende imprimir à função.

Pelas razões apresentadas, contamos com a aprovação dos ilustres Deputados ao projeto de lei proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 245/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.900/98)

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Afrikpoeira, com sede no Município de Araguari.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Afrikpoeira, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 1999.

César de Mesquita

Justificação: A Associação Cultural Afrikpoeira tem-se destacado entre as instituições que incentivam a prática do esporte e promovem a difusão da cultura no Município de Araguari.

Em funcionamento há mais de dois anos, a entidade ministra o ensino da capoeira, incentivando a prática do esporte, e difunde a cultura.

Os membros de sua diretoria são pessoas idôneas, que não recebem nenhuma remuneração pelo exercício dos cargos que ocupam.

Por acreditar nos benefícios que a Associação traz àquele município, apresentamos este projeto, solicitando o apoio de nossos ilustres pares a sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 246/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.389/97)

Declara de utilidade pública a Associação de Congados Moçambique São Benedito Estrela da Guia, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Congados Moçambique São Benedito Estrela da Guia, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 1999.

César de Mesquita

Justificação: A Associação de Congados Moçambique São Benedito Estrela da Guia é uma entidade civil, sem fins lucrativos, criada com a finalidade de dar assistência social e cultural à comunidade.

De caráter assistencial, a entidade funciona há três anos, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que não recebem nenhuma remuneração pelos cargos que ocupam.

Por acreditar nos benefícios que a entidade traz àquele município, apresentamos este projeto e solicitamos o apoio de nossos ilustres pares para a sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 247/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.878/98)

Declara de utilidade pública a Associação de Combate à Fome e à Miséria do Brasil Central, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Combate à Fome e à Miséria do Brasil Central, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 1999.

César de Mesquita

Justificação: A Associação de Combate à Fome e à Miséria do Brasil Central, de natureza filantrópica, tem-se destacado no Município de Uberaba, entre as instituições de combate à fome e à miséria.

Em funcionamento há mais de dois anos, a entidade é composta por uma diretoria formada de pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelos cargos ocupados.

Por acreditar nos benefícios que a instituição traz àquele município, apresentamos este projeto, solicitando apoio de nossos ilustres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 248/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.840/98)

Cria o Programa Mineiro de Apoio à Cultura do Algodão - Pró-Algodão - e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado o Programa Mineiro de Apoio à Cultura do Algodão - Pró-Algodão.

Art. 2º - São objetivos do Programa:

- I - incentivar a produção, a industrialização e a comercialização do algodão no Estado;
- II - promover o desenvolvimento e a divulgação de tecnologia aplicável à cadeia produtiva do algodão;
- III - estimular a melhoria da qualidade do produto, tendo em vista o aumento da competitividade do setor;
- IV - contribuir para a geração de empregos e o aumento de renda no meio rural, observando-se os princípios do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º - Compete ao Poder Executivo, na administração e gerência do Programa:

- I - identificar, mediante o zoneamento edafoclimático do Estado e de forma regionalizada, as áreas propícias ao cultivo do algodão;
- II - subsidiar o processo de tomada de decisão dos agentes envolvidos no negócio algodoeiro, mediante a implantação de sistema de informações de mercado, integrando órgãos públicos, empresas, associações e cooperativas de produtores;
- III - elaborar normas e manter sistema de classificação e padronização do produto;
- IV - exercer o controle fitossanitário das lavouras e dos materiais de propagação das plantas, bem como do uso de agrotóxicos;
- V - destinar recursos específicos para a pesquisa, a inspeção sanitária, a assistência técnica e a extensão rural;
- VI - prestar assistência técnica aos produtores, sendo esta prioritária e gratuita para a agricultura familiar;
- VII - promover ações de capacitação profissional de técnicos, agricultores e trabalhadores, inclusive quanto aos aspectos gerenciais e de comercialização, em particular os voltados para o associativismo e o cooperativismo;
- VIII - criar mecanismos que propiciem tratamento tributário diferenciado ao algodão produzido e beneficiado no Estado;
- IX - criar, nas instituições bancárias oficiais, linhas de crédito especiais para investimento, custeio e modernização da cotonicultura.

Art. 4º - As ações governamentais relativas à implementação do Pró-Algodão contarão com a participação de representantes dos produtores e dos trabalhadores e de entidades públicas e privadas ligadas à produção, à comercialização e à industrialização do algodão.

Art. 5º - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 1999.

César de Mesquita

Justificação: No dia 1º/7/98, comemoraram-se quatro anos de implantação do Plano Real. Os benefícios advindos da estabilização da moeda e do controle da inflação são inegáveis e reconhecidos por toda a sociedade. É do conhecimento geral que um dos sustentáculos do real tem sido o que se convencionou chamar de "âncora verde", ou seja, a manutenção dos preços dos produtos agrícolas, especialmente dos alimentos, em níveis abaixo dos índices inflacionários.

As conseqüências dessa medida para o setor agrícola, conforme declarações do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura - CNA -, Antônio Ernesto de Salvo, publicadas no jornal "Estado de Minas" do dia 2/7/98, na seção de Economia, são um "verdadeiro desastre". Segundo o líder agropecuarista, a perda de renda do produto agropecuário, no período de vigência do Plano Real, teria sido superior a 30% e, o que é pior, "sem perspectivas de reversão de expectativas". Com relação aos produtores de algodão, a situação é ainda mais crítica.

Ao lado das questões de política macroeconômica que afetaram negativamente o setor algodoeiro, como a liberalização das importações (de produtos de qualidade discutível) e a valorização da moeda (o que dificulta a exportação), problemas conjunturais observados nas últimas safras, como condições climáticas adversas - em virtude do "El Niño" - e a ocorrência de pragas e doenças nas lavouras, provocaram queda acentuada da produtividade e aumento substancial dos custos de produção. Tais circunstâncias têm levado os agricultores, notadamente os da região de Centralina, no Triângulo, a uma situação de desespero e desânimo, em face da impossibilidade de arcar com os compromissos assumidos junto às instituições financeiras para o financiamento da produção.

Segundo as informações do "Cenário Futuro para a Cadeia do Algodão em Minas Gerais", publicado em 1995, pela Secretaria de Agricultura, Minas Gerais é o 3º maior consumidor de algodão em pluma do País, com um parque industrial de 38 empresas têxteis e 50 unidades fabris, que consome, atualmente, cerca de 120.000t por ano e emprega, aproximadamente, 40 mil trabalhadores (50 vezes o número de empregos diretos gerados pela unidade da Mercedes Benz em Juiz de Fora). A área plantada com algodão, no ano agrícola de 1994-95, foi estimada em 70.000ha (já foi de 160.000ha, em 1998), concentrando-se nas regiões Norte de Minas e no Triângulo, e envolve cerca de 12 mil famílias no processo produtivo. Além da indústria têxtil, o algodão, após o beneficiamento primário, é matéria-prima para a fabricação de estofamentos, filtros, celulose, óleo (utilizado na alimentação humana e na indústria de cosméticos), ração para animais, entre outros produtos.

O projeto em tela propõe uma ação coordenada do poder público junto a uma atividade de suma importância para a economia estadual, cujo alcance social é inquestionável. O apoio estatal à cotonicultura é imprescindível para se enfrentar a concorrência desleal com o produto importado, fortemente subsidiado nos países de origem, e a competição com outros Estados da Federação, como Goiás e Mato Grosso, que já implantaram programas de incentivo, inclusive tributários, aos produtores e à indústria local de algodão.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 249/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.987/98)

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Gouveia, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Gouveia, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 1999.

Agostinho Patrús

Justificação: A APAE de Gouveia é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo incentivar a criação de estabelecimentos educacionais voltados para a reabilitação do excepcional.

Também presta atendimento integral a ele, promovendo o seu bem-estar e ajustamento social.

Além disso, a entidade, que é filiada à Federação Nacional das APAEs, de quem recebe orientação, apoio e supervisão, preenche os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão por que esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório ora proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 250/99

(Ex-Projeto de Lei nº 1.992/98)

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itanhandu o imóvel constituído de terreno com área aproximada de 454,56m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e quatro vírgula cinquenta e seis metros quadrados), situado nesse município, matriculado sob o nº 1.053, a fls. 153 do livro 2-C, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itanhandu.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se à implementação, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, das funções administrativas da Prefeitura Municipal de Itanhandu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 1999.

Bilac Pinto

Justificação: O imóvel objeto deste projeto de lei encontra-se ocioso. Por esta razão, o Chefe do Executivo do Município de Itanhandu pleiteia a doação do bem ao município para que nele se instale órgão da administração pública municipal.

Efetivada a transferência pleiteada, o imóvel, certamente, atenderá ao interesse coletivo, fim último de todo próprio público.

Esta iniciativa visa a ampliar e a aprimorar os serviços públicos disponíveis no citado município, razão por que espero contar com o indispensável apoio dos nobres pares à sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 251/99

Dispõe sobre a criação de hortas e pomares comunitários nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos de ensino de nível fundamental e médio da rede pública estadual autorizados a construir hortas e pomares, desde que haja, nas dependências do estabelecimento, áreas apropriadas a tal fim.

Art. 2º - Todos os produtos cultivados deverão ser utilizados na merenda escolar, vedando-se sua venda ou permuta sob quaisquer pretextos.

Parágrafo único - A critério do colegiado, os produtos excedentes poderão ser doados às famílias dos alunos comprovadamente carentes.

Art. 3º - Ficam os Diretores dos referidos estabelecimentos autorizados a assinar convênios de cooperação com empresas públicas ou privadas que possam dar suporte à implantação das hortas e dos pomares referidos no art. 1º desta lei.



Parágrafo único - Os convênios deverão ter a aprovação do colegiado do estabelecimento.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1999.

Márcio Cunha

Justificação: Solicitamos a nossos pares a aprovação desta iniciativa, que acreditamos oportuna e meritória. Com efeito, todas as medidas que puderem ser implementadas com vistas à melhoria da qualidade da merenda escolar devem merecer o nosso apoio.

Ressalte-se, por oportuno, o caráter educativo da criação, em escolas, de hortas e pomares, que possibilitarão aos alunos o conhecimento do processo de produção de alimentos e poderão tornar-se um laboratório vivo para os professores de Ciências.

Ademais, recorrendo-se a entidades públicas e privadas para financiar a implantação, o custo financeiro será nulo, não havendo, portanto, qualquer ônus para os cofres do Estado.

Há, ainda, o caráter social de que se reveste esta iniciativa, quando autorizamos o colegiado a doar às famílias dos alunos mais necessitados uma parte da produção, contribuindo, destarte, para a melhoria da alimentação do grupo familiar. Não é necessário, aqui, insistir sobre a importância de uma alimentação adequada, desde os primeiros anos de vida, para o desenvolvimento da aprendizagem.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 216/99, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à inclusão no plano de obras do Governo do Estado do asfaltamento da estrada que interliga os Municípios de Bocaiúva, Guaraciama e Glaucilândia.

Nº 217/99, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à inclusão no plano de obras do Governo do Estado do asfaltamento do trecho que liga a BR-135 ao Município de Patis.

Nº 218/99, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à inclusão no plano de obras do Governo do Estado do asfaltamento da estrada que liga o Município de Taiobeiras ao Berizal.

Nº 219/99, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à inclusão no plano de obras do Governo do Estado do asfaltamento da estrada que interliga os Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Ibiracatu.

Nº 220/99, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à inclusão no plano de obras do Governo do Estado do asfaltamento da estrada que liga o Município de Mato Verde ao de Catuti.

Nº 221/99, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à inclusão no plano de obras do Governo do Estado do asfaltamento da estrada que liga o Município de Mato Verde ao de Rio Pardo.

Nº 222/99, do Deputado Agostinho Patrús, solicitando seja formulado apelo ao Secretário dos Transportes, para que seja realizado o asfaltamento da rodovia vicinal que faz a interligação dos Municípios de Dores do Indaiá e Bom Despacho.

Nº 223/99, do Deputado José Milton, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG, para que seja asfaltado o trecho da rodovia que liga a localidade de Casa Branca, no Município de Brumadinho, à BR-040.

Nº 224/99, do Deputado José Milton, solicitando seja formulado apelo ao Secretário dos Transportes, para que seja asfaltado o trecho da rodovia que liga a localidade de Casa Branca, no Município de Brumadinho, à BR-040. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 225/99, dos Deputados Ibrahim Jacob e Tarcísio Henriques, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado, com vistas à obtenção de informação sobre as condições que possibilitaram a instalação da INEGA no Município de Leopoldina, bem como se a referida empresa já está em funcionamento. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 226/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Saúde, para tomar providências urgentes com vistas à erradicação da dengue no Município de Sete Lagoas. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 227/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Contas, para que sejam instaladas as inspetorias Regionais previstas na Lei Complementar nº 33, de 28/6/94. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Deputado Márcio Cunha, em que solicita seja realizado Ciclo de Debates sobre o Programa de Saneamento das Bacias dos Ribeirões do Onça e do Arrudas - PROSAN. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhadas comunicações dos Deputados Irani Barbosa, Carlos Pimenta, Luiz Menezes (2) e Elaine Matozinhos (2).

#### Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência passa a receber proposições e interrompe os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, destinar a 1ª Parte da reunião à recepção das autoridades e dos demais participantes da solenidade em defesa da soberania e do patrimônio público, da reforma agrária e dos direitos sociais, a realizar-se em seguida, no Espaço Político-Cultural desta Casa.

#### Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos ordinários.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de quinta-feira, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 15/4/99

Presidência dos Deputados José Braga, José Henrique, Dalmo Ribeiro Silva e Arlen Santiago

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Deputado Sebastião Costa - Palavras do Sr. Marcus Pestana - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Gil Pereira - Adeldo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - George Hilton - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - José Alves Viana - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rogério Correia - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado José Alves Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Marcus Pestana, ex-Secretário do Planejamento.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a receber o Exmo. Sr. Marcus Pestana, Secretário do Planejamento no Governo Eduardo Azeredo, atendendo a requerimento aprovado pelo Plenário.

#### Palavras do Deputado Sebastião Costa

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A Presidência vai conceder a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Sebastião Costa, autor da emenda ao requerimento que suscitou a presença do Dr. Marcus Pestana nesta Casa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Marcus Pestana, senhores, senhoras, senhores representantes da imprensa, venho a esta tribuna, com muito prazer, porque foi de minha autoria a emenda que resultou não só na vinda do ex-Secretário Marcus Vinícius Pestana, mas também dos ex-Secretários de Estado que por aqui passaram.

A emenda foi apresentada a um requerimento de autoria de Deputados da base de apoio ao atual Governo, liderados pelos Deputados Márcio Cunha, João Paulo e outros, que, naquela oportunidade, convidavam os Secretários do Governo atual para que viessem aqui expor a situação em que encontraram as Pastas que hoje dirigem. Achei que seria democrático e oportuno que o parlamento de Minas Gerais, representado pela Assembléia Legislativa, participasse, de uma forma direta, daquilo que deve ter havido, já que isso é comum nos povos civilizados.

Quando alguém ganha as eleições, é natural que quem está governando faça, de forma civilizada, a transição necessária para o bom andamento dos serviços no governo seguinte. Porém, ao formular o convite aos atuais Secretários, preocupei-me com outro aspecto, que poderia ser o excesso de sensacionalismo com números, com dados que viessem a exagerar e a criar desconforto para o Governo anterior e, diria, uma série de turbulências para o Governo que se iniciava, porque, quando se exagera em números, cria-se expectativa. E essas expectativas, quando não são cumpridas, transformam-se em frustrações. Tive essa preocupação. E tive também a preocupação de resguardar a imagem dos dirigentes de então, porque todos nós, vencedores e vencidos, vivemos no mesmo Estado e temos um compromisso cívico com o desenvolvimento deste Estado, independentemente do resultado de eleições. Foi por isso que apresentei a emenda, para que se permitisse aos Secretários do Governo anterior comparecerem a esta Casa e aqui, sim, no parlamento mineiro, conhecerem, de fato, o que já se passou na transição entre os dois Governos.

Por isso, esperava que o Secretário Marcus Pestana viesse depois do Secretário do Governo atual, como aconteceu com Secretários anteriores. Todavia, as circunstâncias não permitiram isso. Não vejo mal algum que venha antes ou que venha depois, já que números e fatos não mudam quando se fala a verdade. Esse foi o nosso objetivo.

Gostaria de pedir desculpas à Deputada Elbe Brandão. Queria permitir a sua intervenção, que é sempre prudente e sábia, mas parece-me que, nesta fase, isso não é possível. Com certeza, V. Exa. terá oportunidade durante os debates.

Como ia dizendo, a vinda do Sr. Secretário é para externar ao Poder Legislativo - porque aqui estão os representantes de todos os segmentos políticos do Estado - e permitir que a Assembléia Legislativa tenha conhecimento, de fato, daquilo que já se fez durante a transição. E um povo civilizado faz a transição política de forma civilizada. Portanto, quero dizer que é motivo de muita alegria a presença do Sr. Secretário.

#### Palavras do Sr. Marcus Pestana

O Sr. Presidente (Deputado Arlen Santiago) - Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcus Pestana, esta Presidência reafirma sua satisfação em receber V. Exa., que retorna a esta

Casa com a mesma disposição que sempre demonstrou no período em que exerceu a Secretaria do Planejamento. Com a palavra, o Dr. Marcus Pestana, que disporá de até 30 minutos para fazer a sua exposição.

O Sr. Marcus Pestana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado autor do requerimento que deu origem a esta sessão, é um enorme prazer voltar a esta Casa. Tenho cultivado, lá em Brasília, saudades de Minas e dos tempos em que discutíamos os mais diversos assuntos de interesse do povo mineiro nesta Casa.

Do ponto de vista pessoal e profissional, este dia, para mim, tem um significado muito especial, porque tem um caráter definitivo; pretendo que seja a última vez que eu fale de forma sistemática e global sobre o passado. Cabe às lideranças políticas e à sociedade mineira discutir o presente e as perspectivas futuras. Eu, certamente, não quero ficar olhando para o retrovisor. O povo mineiro já formou seus conceitos sobre o nosso grande Governo, que fez uma obra social de atração de investimentos e de atendimento às demandas principais do Estado. Ele já tem o seu conceito e sabe quem é Eduardo Azeredo, um homem sério, trabalhador, e quem é sua equipe.

Agora trata-se de discutir o presente e as perspectivas futuras. Não me negarei, obviamente, no futuro, a voltar pontualmente ao debate sobre questões que surgirem, dúvidas e denúncias, mas pretendo me dedicar hoje a uma análise mais global de como eu vejo as coisas que estão acontecendo em Minas.

Não vou cansá-los com números, esta é uma Casa política. Aqui se faz a democracia. Aqui estão representados todos os segmentos da sociedade mineira e é aqui que se forma o contraditório, a luta política, democrática. A grande vantagem da democracia é que no debate de idéias certamente se constrói o melhor caminho, o melhor destino para a sociedade.

A Oposição italiana teve em torno de 25% a 35% dos votos, durante todo o pós-guerra. O partido majoritário da Oposição italiana se chamava Partido de Oposição e Governo, porque o Partido Comunista italiano, que tinha 30% da representação parlamentar, achava que se governava a partir da oposição também, com a sua influência parlamentar.

Não pretendo cansá-los com números. Uma ou outra menção no debate será necessária. Assim, farei como os Deputados que têm o senso da realidade, que têm o sentimento do povo, que é quem disputa voto, quem vai lá cavar o voto. Eu sei disso, pois já fui parlamentar um dia, tenho o sentimento da sociedade. Isso é importantíssimo. Pretendo discutir conceitos, linhas filosóficas, para que possamos ter clareza sobre os destinos de Minas.

Vou traçar aqui a base da minha argumentação, alguns princípios, alguns pressupostos. O primeiro me faz lembrar um velho amigo, militante, que dizia que política se faz com o coração quente e com a cabeça fria. Quero ancorar a minha intervenção aqui em dados, fatos e números e contribuir para que certas mitificações e meias-verdades que circulam por aí possam ser esclarecidas. Atrás do chope tem a espuma, atrás da fumaça tem fogo, atrás da aparência tem essência. É claro que há todo um jogo simbólico, mas é preciso ficar atento, é preciso persistir no direito à dúvida e perguntar: onde realmente está a verdade?

A democracia é a busca da verdade, que não é absoluta, mas que é preciso construir. Venho aqui com o coração quente, acredito nas minhas idéias, mas com a cabeça absolutamente fria e procurando ser preciso, tanto quanto possa, nas afirmações que fizer.

Parto da convicção de que um Governo, para se firmar, não precisa aniquilar a herança de outro, mesmo sendo de oposição. É preciso entender a relação dialética que é estabelecida na democracia, que existe entre os elementos de continuidade e os elementos de renovação. Não é possível vender para a sociedade a idéia de que o inferno acaba numa eleição e o paraíso começa nela. A vida continua, as instituições são permanentes, a construção da democracia e da vida da sociedade é uma caminhada. Não é preciso aniquilar a herança de um governo para firmar a personalidade de outro. As divergências são componentes da busca da verdade e do melhor caminho. O diálogo entre Oposição e governo é importante, embora haja momentos duros. Ninguém é dono da verdade e detém o monopólio das boas intenções.

Dizia um pensador italiano que devemos ouvir os adversários mesmo quando eles têm uma pequena parcela da verdade. Mesmo que seja 10%, porque com isso crescemos, com isso aprendemos. O sectarismo não constrói nada.

Em terceiro lugar, como pressuposto básico ancorando minha intervenção, estou certo de que o povo não tem interesse em brigas, fofocas ou intrigas das elites políticas. O povo admira os políticos quando se colocam na perspectiva de resolução completa dos desafios, dos problemas da sociedade. O cidadão quer melhorar sua vida, quer ter saúde boa, educação boa, emprego, quer melhorar o salário, desenvolver a agricultura, desenvolver a indústria. O povo quer saber de resultados, de propostas concretas.

Em quarto lugar, e esse é um princípio filosófico fundamental que gostaria de compartilhar com os Deputados, vivemos em uma economia de mercado cuja base são os contratos. Em nossa vida pessoal e empresarial, nas relações entre agentes, o capitalismo tem como base os diversos contratos estabelecidos entre agentes econômicos, entre produtores e consumidores, entre locadores e locatários, entre tomadores de recursos e emprestadores. O investimento é a mola do desenvolvimento, da criação de emprego. O desenvolvimento depende do investimento, e o investimento depende das expectativas que se formam no mercado e na sociedade em relação ao futuro. E as expectativas dos agentes dependem da confiança, da credibilidade, da estabilidade de regras e de respeito aos contratos. No Brasil, por muito tempo, cultivou-se a cultura do calote. Talvez a maior obra do Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha sido restituir a credibilidade do Brasil no concerto das nações. O Brasil atravessou décadas em que todos assistiram a confisco de poupança, tablita, congelamento, quebra de contrato, o que foi nocivo para o desenvolvimento. Por isso ficamos patinando durante toda a década de 80 e início de 90. No Brasil, por muito tempo, cultivou-se a cultura do calote. Felizmente, esse tempo passou. Os economistas dizem que credibilidade sobe de escada e desce de elevador. Construir é muito difícil. A perda da credibilidade desce puxada pela gravidade, numa velocidade da qual não nos damos conta.

Em quinto lugar, julgo ser o entendimento o melhor caminho, e não o confronto. Minas não pode se isolar. O Governo já acenou com uma postura cooperativa nos campos da reforma agrária, da reforma administrativa, da educação, da cultura e da saúde. Apostar no impasse e na intransigência não dá em lugar nenhum. Talvez o espírito conciliador de Tancredo e JK esteja fazendo falta na Minas de nossos dias.

Em sexto lugar, não discuto pessoas, discuto idéias, porque assim aprendi na militância estudantil. Não sei se o senhor sabe, mas mantenho relações com o Governador Itamar Franco desde 1970, quando tinha 10 anos. Meu pai o sucedeu na Prefeitura de Juiz de Fora. Lembro-me ainda do "jingle" da campanha: "As obras não podem parar. Agostinho Pestana depois de Itamar". Frequentava os comícios e lembro-me desse "jingle". Estivemos juntos em diversos momentos. Em 1982, quando me elegi Vereador, o voto era vinculado ao de Senador. Em 1986, liderei na Câmara de Juiz de Fora a dissidência do PMDB a favor de Itamar, contra Newton Cardoso. Em 1992, emprestou-nos inestimável apoio na Prefeitura de Juiz de Fora, apoiando nosso então candidato, Custódio Matos, que foi Deputado nesta Casa, atual Deputado Federal. Em 1994, juntos apoiamos o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tenho para mim que o Governador é uma pessoa honesta, bem-intencionada, tem sensibilidade social e uma grande intenção política. Mas, de 1996 para cá, tenho profundas divergências com relação a sua forma de ver as coisas nos planos local e nacional.

Em relação às suas alianças, eu o tenho achado muito mal assessorado nos últimos tempos. Tenho bom e longo convívio com pessoas do grupo itamarista. Henrique e Ruth Hargreaves, Mauro Durante, José de Castro, Luci Brandão, que foi minha professora de História; Maria José Feres, velha companheira de luta, hoje Secretária Adjunta da Educação. Fui colega de chapa do Marcelo Siqueira em 1994; fizemos dobradinha. Portanto, não desejo colocar as coisas no plano pessoal, porque não acho que a política é a arte de fazer inimigos. Nem todos os meus amigos estão no PSDB, nem todo mundo, infelizmente, que está no PSDB é meu amigo. A amizade é uma outra coisa. Todos os companheiros devem virar amigos, se possível, mas nem sempre essa relação é obrigatória. Acho que a política não é a arte de fazer inimigos. A política não é a arte de transformar adversários em inimigos, a luta de idéias em carnificina pessoal. A melhor forma que vejo de ajudar Minas e o atual Governo é exercer, com vigor, espírito público e firmeza a crítica, que é o maior dos elogios à perspectiva desastrosa que está sendo construída. Volto a dizer: só sei fazer política em relação à luta de idéias, conteúdos. Vaidade, ciúme, rancor, ressentimento, ódio não devem fazer parte do nosso manual político. Do meu, certamente, não fazem.

Por último, sou fundador do PSDB e acho que um pressuposto do debate político é explicitar as posições. Então, não estou aqui para enganar ninguém. Sou fundador do PSDB, Presidente do partido por quatro anos, em Juiz de Fora, membro da Executiva Estadual e assessor da Executiva Nacional. Pode haver alguém tão tucano como eu, mas eu duvido. Tenho profundo orgulho de ter sido Secretário da Casa Civil do Prefeito Custódio Mattos, em Juiz de Fora; também me orgulho de ter sido Secretário do Planejamento do Governo do tucano Eduardo Azeredo, homem sério, trabalhador e de grande espírito público; e tenho profundo orgulho de integrar, a partir de 1999, o Governo do Presidente tucano Fernando Henrique Cardoso, como Chefe de Gabinete deste grande político mineiro que é o Ministro Pimenta da Veiga. Quem lhes fala, pois, é um tucano de pensamento e ação. É nessa perspectiva que pretendo compartilhar com os senhores algumas idéias sobre a administração pública de Minas, seu passado recente, seu presente e as perspectivas futuras. É com base nessas referências filosóficas, nessas diretrizes, que pretendo fazer uma rápida reflexão com os senhores, para que possamos partir logo para o debate sobre os seguintes pontos: 1 - agenda substantiva que interessa ao povo; 2 - a crise fiscal; 3 - imagem internacional, investimentos e financiamentos internacionais; 4 - dívida. São quatro pontos em que vou ser muito rápido.

Como eu disse, no primeiro ponto, agenda substantiva do povo, a população não tem interesse em intriga, fofoca, briga de política. O povo acompanha, no meu modo de ver, com grande interesse a política, na medida em que ela melhora a sua vida. Ele tem interesse em melhorar a educação, a saúde, a habitação, o emprego. É inegável. O Governo Eduardo Azeredo fez uma grande obra. Não sei por que brigar com a realidade. Fizemos a melhor educação do País. Fomos o Estado que mais investiu - em média, 45%, em vez dos 25% constitucionais. Duplicamos as vagas de 2º grau, ou seja, teremos uma população mais bem qualificada, mais bem preparada na entrada do próximo século, porque o trabalhador que não tem pelo menos o 2º grau está fora do mercado de trabalho. Duplicamos as vagas. Estabelecemos um sistema democrático de descentralização, de valorização da Diretora, de descentralização dos recursos para a escola, que é reconhecido pelo Banco Mundial, pela UNESCO, pelo UNICEF, por todos os organismos internacionais, e pelo Ministério da Educação, que, com um método científico, fez um processo de avaliação, e Minas tirou o 1º lugar entre os Estados. Por que negar isso? É preciso aniquilar essa herança para impor o perfil de um novo governo? Acho que não.

Na saúde, aqui tenho o Secretário Adjunto do nosso governo, Christiano Canêdo, que pode relatar melhor do que eu, e vários Deputados que acompanharam essa ação, 1/3 das equipes da saúde da família do Brasil inteiro estão em Minas Gerais. Foram 760 equipes de médicos da família. Será que isso é de graça? Foi geração espontânea? Aconteceu ao acaso, por um passe de mágica? A idéia inovadora dos consórcios de saúde tem um potencial enorme.

Na ciência e na tecnologia, basta conversar com as universidades. Os senhores deveriam chamar os Reitores, os Pró-Reitores de Pesquisa. Através da FAPEMIG, sustentamos o sistema de pesquisa científica e tecnológica do Estado. Foram R\$116.000.000,00 no nosso Governo, mais que tudo o que foi investido antes em vários governos. Enquanto a FINEP, o CNPq e a CAPES estavam recuando, o Governo Estadual estava sustentando. E ouçam pessoas neutras, que não têm posição político-ideológica. Ouçam cientistas nas universidades e verão isso.

No meio ambiente, vejo uma discussão sobre regime de administração de águas. Nós propusemos a esta Casa a legislação mais avançada de gestão de recursos hídricos. Duplicamos a área sob a guarda do Estado, reflorestada. Fizemos investimentos nos parques florestais, houve a evolução instucional da COPAM. Ganhamos prêmios do Pró-Floresta. Será que isso tudo será jogado no lixo e apagado da memória do povo? E não é à toa que o nosso Secretário José Carlos Carvalho é hoje o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente. É porque é competente, pois liderou uma equipe e teve o apoio do Governador para fazer os melhores trabalhos relativos ao meio ambiente a que este País assistiu na última safra de governo.

Falaremos sobre a atração de investimentos, pois a questão central no mundo inteiro, neste final de século, é emprego. Atraímos, com uma política de "marketing" institucional, de parceria com as associações empresariais, de missões internacionais, de conquista de credibilidade, de investimento na infra-estrutura, de preparação na educação e na qualificação do trabalhador, um ambiente para o desenvolvimento. Um pacote de US\$16.000.000.000 está agora amadurecendo e criando 350 mil empregos diretos e indiretos. Na sexta-feira próxima, iremos inaugurar a Mercedes, conceito mundial de qualidade, no coração da Zona da Mata, em Juiz de Fora, que era uma região decadente. A Ferrero, no Sul de Minas, a Tabelauro, em Itajubá, a Cargill, ampliando seus negócios no Triângulo, a Mineração Serra de Fortaleza, os investimentos da FIAT. Ora, isso não vale nada? Essa cortina de fumaça toda é para tentar aniquilar essa herança? E o "Robin Hood", que os Deputados do norte do Jequitinhonha sabem o que representou? Se nós fôssemos reafirmar a cultura clientelista, iríamos ficar nas transferências voluntárias, nos convênios, mas o Governador Eduardo Azeredo teve a coragem, no momento em que se discute a reforma tributária, de fazer a transferência de rendas em favor dos mais pobres, sem intermediação, independentemente de partido, porque os recursos chegavam diretamente nos caixas das Prefeituras, sem a necessidade do pires na mão.

A eletrificação rural, tão debatida, foi duplicada no número de propriedades rurais. De 41%, passaram a 80% no final do nosso governo, na área da CEMIG. E ainda há gente que fala que a área social da CEMIG foi desativada. Isso é fumaça. A essência encontra-se aqui, nos números.

A reestruturação do sistema financeiro é uma obra definitiva para as próximas gerações. O BEMGE, o CREDIREAL, o BANESPA, o BANERJ etc. eram um escoadouro de recursos públicos. Temos que ter banco de escola, Banco de sangue, e não Banco comercial para emprestar e administrar mal. Fizemos um processo de saneamento, e hoje somos considerados Estado de vanguarda, pelo sucesso da privatização do CREDIREAL e do BEMGE.

Assim, trancamos a porta desse ralo que roubava recursos da educação e da saúde e jogamos a chave no mar, a fim de que ninguém mais pudesse reabri-la. No entanto, isso não é dito. Os Deputados da Região Metropolitana de Belo Horizonte sabem o significado do PROSAM, em termos de saneamento e melhoria da qualidade de vida do povo. Além disso, temos o SOMMA, que fez operações de crédito com mais de 117 municípios, realizando obras por todo o Estado, chegando a um pacote de investimentos, cujo valor foi de mais de US\$200.000.000,00.

Quero discutir o Projeto Jaíba, que é tão questionado, com notícias até mesmo na imprensa nacional. Temos aqui um especialista, o Deputado Paulo Piau, que pode falar a esse respeito muito melhor do que eu. Portanto, quero discutir o Jaíba - agora, que alçou vôo e está tomando um formato - daqui a dez anos, porque será a Califórnia brasileira, se tudo correr bem, se for bem gerenciado e bem administrado. Deixamos a FERNÃO DIAS em estágio avançado, além de estradas como Araçuaí-Salinhas. Aqui, o PAPP tem uma representação grande do Norte de Minas. Então, vamos ficar cegos com relação a isso?

A respeito da agenda substantiva, creio que ninguém tem dúvidas sobre as realizações do Governo Eduardo Azeredo. Existia crise fiscal? Pelos pronunciamentos de alguns agentes, de alguns Secretários, percebo que existem pessoas que vêm muito pouco a Minas, alguns Secretários conheciam muito pouco o nosso Estado, nem são daqui.

Gostaria de passar às mãos do Presidente cópias de artigos meus. Por exemplo, aqui está um artigo publicado na imprensa mineira, datado de 1º/2/96, chamado "Dança dos Números". Outro artigo, que gostaria de passar ao Presidente, é datado de maio de 1996, cujo nome é "A Previdência em Minas". Gostaria que tais artigos fizessem parte dos anais desta Casa, porque parece que determinadas pessoas acabaram de descobrir a roda, isto é, descobriram que existe uma crise fiscal instalada no País, descobriram que esse é o problema chave. O que se discute? Durante uma entrevista no final do ano, já como agente de transição, perguntei se estava falando grego, porque em 1995, o Vice-Governador, Walfrido dos Mares Guia, e o Secretário João Heraldo, fizeram uma exposição - havia uma tela ali com projeções - alertando para o problema. Qual é a raiz da crise? São três pontos, basicamente. O primeiro é o esgotamento da capacidade de endividamento. Esse é um processo de décadas. Essa geração está pagando um preço pelo desenvolvimento das décadas de 60 e 70. O setor público se alavancou por meio de financiamentos internos e externos. Essa safra de Governadores está pagando a conta, pois o problema é de décadas. Isso chegou a um limite, porque o endividamento é uma forma de financiamento dos setores público e privado, desde que seja saudável e equilibrado, pois, em determinado momento, chega a um limite. Não podemos nos endividar indefinidamente. Portanto, o primeiro traço estrutural da crise fiscal é o esgotamento da capacidade de endividamento. O segundo é a explosão dos gastos de pessoal, principalmente os previdenciários. Em janeiro de 1995, pagávamos cerca de R\$53.000.000,00 por mês aos aposentados. No último mês, dezembro, eram R\$175.000.000,00. A despesa triplicou. O passivo previdenciário não foi constituído no Governo Eduardo Azeredo, é um problema de 30 anos. Quando a pirâmide demográfica tinha uma base larga e nas faixas etárias maiores havia pouca gente, era fácil. Sobrava dinheiro, porque tinha muita gente contribuindo e pouca gente usando. No entanto, a tendência demográfica mundial é que o triângulo vire um retângulo. Aí, vem o desequilíbrio. Isso não é somente uma crise brasileira, mas de vários países.

Aqui a crise se agravou pela fragilidade das regras do sistema previdenciário e a expansão de gastos com pessoal. Precisamos fazer uma reflexão autocrítica. Se for do interesse dos Deputados, posso fazer uma reflexão com V. Exas. durante o debate, sobre os aumentos que demos.

Ao contrário do que se diz, tivemos uma política ativa de valorização do servidor, de aumentos reais dos salários dos servidores. Posso explicar o contexto de algumas medidas que ajudaram a fazer crescer os gastos de pessoal. Mas a componente central é o gasto previdenciário. Esse é o pior problema existente no setor público, o qual ainda está por ser totalmente resolvido.

A terceira raiz da crise fiscal são os efeitos do próprio fim da inflação sobre as finanças públicas. Não quero dizer com isso que torço pela sua volta, mas era muito fácil quando havia 20%, 25%, 40% de inflação por mês. As receitas, principalmente o ICMS, eram razoavelmente indexadas, cresciam com os preços. Aí, congelava-se a principal despesa, que é o pagamento dos salários dos servidores, por três, quatro meses - e até se atrasava o pagamento dos fornecedores. Em termos nominais, o salário ficava estável, mas, em termos reais, despencava. Enquanto isso, a receita crescia indexada. Esse saldo era investido no mercado financeiro, com taxas nominais de juros estratosféricos. Então, esse mecanismo de financiamento do setor público por via da inflação pagava três folhas em Minas. Mas a inflação acabou, e esse mecanismo de administração de caixa foi embora.

Existem, então, três raízes básicas: esgotamento da capacidade de endividamento; explosão dos gastos de pessoal, sobretudo os previdenciários, e os efeitos do fim da inflação sobre as finanças públicas.

Gostaria de observar que isso não é novidade. Falamos sobre isso por quatro anos. O Walfrido e o João Heraldo estiveram aqui. Entreguei os artigos ao Presidente, para que constassem nos anais desta Casa. Há pessoas que descobriram isso em outubro de 1998, mas já o havíamos descoberto na luta, sem fazer espetáculo, sem politizar, duramente,

durante o segundo semestre de 1995. E lutamos durante todo esse período.

É preciso falar com todas as letras, Srs. Deputados: o problema não está na dívida. Há um enfoque equivocado. O estrangulamento das finanças do Estado tem que ver com o gasto excessivo de pessoal. Pelo critério da Lei Rita Camata, são cerca de 76%, 78% nos últimos anos. Pelo critério de caixa - para dar uma idéia aos senhores, sem me deter muito em números, porque fica muito chato -, as receitas correntes líquidas do Estado de Minas somam mais ou menos R\$7.500.000.000,00. Desses, R\$1.500.000.000,00 são receitas vinculadas, e R\$6.000.000.000,00 são receitas livres do Tesouro. Essas receitas vinculadas nem sempre podem pagar salários.

Por exemplo, a receita própria do HEMOMINAS pode pagar salário. No entanto, o salário-educação e o SUS não podem. Vou usar um exemplo na área de agricultura, porque o Paulo Piau está me inspirando: a Secretaria de Agricultura de Minas faz um convênio com o Ministério da Agricultura para comprar defensivo agrícola, que é material de consumo, apesar de ser receita carimbada. O dinheiro vem carimbado. Há alguma praga, e se compra o defensivo. Como é material de consumo, o dinheiro entra na receita corrente líquida, mas não tem o fim de pagar salário, e sim de comprar defensivo. Então, se distorce o percentual. Tanto que a nova lei de responsabilidade fiscal, entregue ao Congresso ontem, está mudando o critério de cálculo da Lei Rita Camata. Então, do conceito de caixa, o Estado de Minas, em cada R\$10,00, gasta mais de R\$9,00 com pessoal. Sobra, assim, menos de R\$1,00 para o pagamento da dívida...

É preciso falar com todas as letras: o problema está no gasto com pessoal. Como disse anteriormente, de cada R\$10,00, mais de R\$9,00 são para pessoal, menos de R\$1,00 fica para o serviço da dívida, investimento e custeio. É preciso apontar o foco real do problema.

Pergunta-se: por que o Governo passado não conseguiu fazer o ajuste? Respondo: um governo é feito de três coisas: boas idéias, capacidade gerencial e dinheiro. Boas idéias, tínhamos e as explicitamos num grande PMDI. Nosso Governo tinha sentido estratégico. Sabia o que queria. Falava para a sociedade e discutia com ela. O PMDI é um documento estratégico que, como poucos no País, foi para a prática. Documento de planejamento, em geral, tem como destino a biblioteca - cinco volumes que viram uma peça distante. Nosso PMDI foi uma bússola para a prática governamental.

Assim sendo, boas idéias tínhamos. Capacidade gerencial, tínhamos, também, em nossa equipe e na burocracia do Estado - burocracia, no sentido weberiano, e não no sentido pejorativo. Conheci técnicos de mais alta qualidade na Secretaria da Fazenda, na Secretaria do Planejamento, na Fundação João Pinheiro, no BDMG, na CEMIG e na Secretaria da Educação, todos servidores motivados e com espírito público. Portanto, tínhamos capacidade gerencial e idéias. Só não tínhamos dinheiro. E, em vez de fazer alarde e escândalo, administramos o problema.

Pergunta-se, então, por que não fizemos o ajuste. Não o fizemos, porque não tivemos os instrumentos. Na política salarial, fomos muito otimistas em 1995. No debate, posso esclarecer isso e, agora, posso dizer que nossa opção foi a de valorizar o servidor. Demos aumentos reais em 1995, principalmente para os professores. Numa inflação de 15%, demos 60% de aumento. Talvez, pelo enfoque de caixa mais conservador, esse aumento não teria sido dado. Tínhamos perspectiva otimista em relação à receita, que cresceu muito no segundo semestre de 1994, em relação ao desempenho da economia e à projeção de que haveria espaço. Mas o principal motivo de o desajuste permanecer é que acreditávamos que as reformas administrativa e previdenciária seriam aprovadas em 1995. No entanto, só agora, em 1999, é que elas estão sendo regulamentadas. No ano passado, em pleno sufoco da crise internacional, o Congresso as aprovou. Como vêem, há uma grande diferença entre o Governo passado e o Governo atual. Este, sim, tem os instrumentos para fazer o ajuste; o nosso não tinha.

É preciso acabar com a hipocrisia. Segmentos que, durante quatro anos, disseram, equivocadamente, que houve arrocho salarial dos servidores, quando, ao contrário, nos valorizamos com grandes aumentos reais, vêm, agora, a público, espantados, falar em desequilíbrio financeiro.

Das duas, uma: ou reconheçam, pública e claramente, que são contra os aumentos dados às professoras, aos policiais e, sobretudo, aos fiscais, ou sustentem a tese anterior de que houve arrocho e desmintam que há crise e aperto financeiro. Eles têm que escolher.

Os outros elementos de despesa - custeio, investimento e dívida - estão em patamares totalmente aceitáveis pela teoria e pela prática nacional e internacional de finanças públicas.

O problema não é a dívida. Está se comprando o foco errado. Está se levando a sociedade a raciocinar com base na variável errada. O problema é o gasto com pessoal. O que se tem que discutir é isso.

O terceiro ponto a ser abordado é a imagem externa, investimentos e financiamentos. Aqui, preciso falar aos Deputados: tenho grande preocupação com a imagem que Minas está refletindo para o País e para o mundo. Ela não está nada boa. A permanecer nesse caminho, as perspectivas serão desastrosas. Por quê? Vou citar quatro pontos. Estamos brigando com todo mundo ao mesmo tempo.

Primeiro, o desgaste estratégico com os parceiros da CEMIG, que são americanos, investidores, gente do ramo, que tem dinheiro, que aportou tecnologia, que podia trazer novos negócios para Minas Gerais, porque as companhias elétricas sempre desempenharam esse papel. Era uma parceria saudável, que colheu grandes resultados. Obviamente, com essa celeuma toda, o nosso conceito nos Estados Unidos não será dos melhores.

Não tenho nenhum xenofobismo. A globalização e a internacionalização da economia é um fato. Não adianta brigar contra isso. Temos de escolher o tipo de inserção que queremos. Nem a Albânia é fechada. Isso é uma escolha.

Mas brigamos com sócios estratégicos da CEMIG; brigamos - e aqui eu posso dizer com um grau de liberdade que outros não podem ter - com investidores do porte da FIAT e da Mercedes. Usou-se a "Gazeta Mercantil" para falar que o contrato tem problemas - para usar palavras leves -, para uma empresa como a Mercedes, que trabalha essencialmente com a marca, com o conceito de qualidade e seriedade. A FIAT, a Ferrero Rocher, falo de italianos, alemães, de capital português, a Tabelauro, a Cabelte, de capital americano, cujo exemplo é a Walita.

As empresas que estão por vir não vêm para Minas, e tenho indícios disso, mas não serei indiscreto. Estão procurando o Paraná, Santa Catarina e o Rio de Janeiro, porque o Garotinho é muito esperto. Ele é a grande surpresa dessa safra. É muito habilidoso. Então, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e mesmo São Paulo estão comemorando um pouco essa estratégia de Minas e do Rio Grande do Sul. A Bahia já se colocou mais agressivamente, através de um anúncio no jornal, que "recebe de bom grado".

Em terceiro lugar, desgaste com o BIRD e com o BID. Peço a atenção dos senhores, porque sou mineiro e torço para dar certo, gosto do Governador Itamar Franco, torço como todo mineiro para o Governo ir bem, para o povo ir bem. Não entendo: brigar com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano por coisas que não têm nada que ver com o Governador Eduardo Azeredo, com o Presidente Fernando Henrique ou com o contrato da dívida. Minas deixou de pagar prestações de um contrato de 1981, do então Governador Francelino Pereira, para um programa de investimentos no Noroeste do Estado. Uma dívida que vinha sendo honrada e paga direitinho, há 17 anos. Não tem nada que ver com o Fernando Henrique, Eduardo Azeredo, o contrato da dívida, porque é extra, é um contrato, desde 1981, do Governador Francelino Pereira. O que tem uma coisa a ver com a outra?

Pasmem os senhores: não pagou dois contratos de 1987 e 1988 do Governo Newton Cardoso para estradas no Jequitinhonha e o Pró-Florestas. Não honra a dívida nem do Vice-Governador. Compra um desgaste internacional injustificável. Não pagou também o contrato do Governador Hélio Garcia, o Projeto SOMMA, atrasou uma prestação. Minas, de cliente preferencial, passou a caloteira. São valores irrelevantes para uma economia do setor público que tem R\$600.000.000,00 por mês de receita. É sujar o nome, porque não importa muito a quantidade, importa a qualidade, a imagem.

Para entrar no quarto ponto, R\$200.000.000,00 de eurobônus, US\$100.000.000,00 para o mercado europeu de títulos é troco. O importante é a imagem de ver um Estado prestigiado entrar em moratória, dizendo que não vai pagar um título soberano, que não tinha nem o aval do Tesouro Nacional, que foi comemorada, mérito para o Governador Hélio Garcia e para os Secretários Roberto Brant e Paulo Paiva. Foi o primeiro Estado a promover acesso ao Mercado de Títulos Internacionais, depois da moratória de 1987. Isso foi sinal de credibilidade, de aposta em Minas e no Brasil. Tudo isso foi jogado fora.

Para minha surpresa, ontem vi um Secretário da área econômica anunciar, de antemão, que não paga uma prestação antes do início de 2000. Realmente, temos de esclarecer isso. Os

recursos da reforma do Estado, o programa de estradas, o PRODETUR, o BNDES, para duplicação da rodovia BH-Itatinga, vi ontem, esses quatro empréstimos são uma ingenuidade enorme. Se você não paga os empréstimos passados, vai pedir empréstimo futuro? É uma lógica que não se sustenta. É uma coisa que me chama a atenção.

O último ponto é sobre a dívida renegociada, que está sendo o centro do embate. Vou até ler, para ser mais objetivo, Sr. Presidente. Não é verdade que a taxa de juros seja alta. Ao contrário, ela é extremamente favorável aos Estados, "vis-à-vis" da taxa de captação. Você capta a 41%, 39% e empresta a 7,5%, 6%, dependendo do contrato. É coisa de pai para filho. Minas economizou, só até agora, R\$5.000.000.000,00, porque isso foi retroativo ao início de 1996.

Não é verdade que houve discriminação e privilégios para Estados. Isso não é negociação de caderneta de mercearia de esquina, envolve mais de US\$100.000.000.000,00. Foi uma medida provisória transformada em lei e uma resolução do Senado, que tem regras. Inclusive, o contrato tem uma regra pela qual tudo que um Estado conseguir o outro pode reivindicar, por causa da isonomia, da equidade. É sandice falar que São Paulo levou vantagem. Não houve nada disso. É um absurdo.

Não é verdade que Eduardo Azeredo seja responsável pela dívida. Isso foi reconhecido pela Procuradora do atual Governo e salta aos olhos. É só analisar os números. O principal da dívida não foi formado no Governo Eduardo Azeredo. Dos 100% do principal, o nosso governo contribuiu com 4%, enquanto, por exemplo, o Governo do atual Vice-Governador contribuiu com dez vezes mais, com 40% do principal.

Cômodo para o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, seria, para aqueles que reclamam autonomia, soberania, federação e coisas que o valham, devolver a dívida mobiliária, para que cada um buscasse financiar-se no mercado. Todos estão achando ruim o contrato da dívida. Se o Presidente Fernando Henrique pudesse, ele devolveria a batata quente e diria para eles se financiarem no mercado. Ele devolveria a dívida mobiliária e daria autonomia aos Estados. É claro que ele não pode fazer isso, como também não pôde deixar de honrar o eurobônus, por causa da credibilidade do País. A atitude de um agente relevante contamina tudo. É o que chamamos de crise sistêmica. Se você deixa uma moratória, um calote imperar, isso contamina todas as empresas, todos os outros Estados, Prefeituras e Governo Federal. Então, não é possível, pois um ou outro que se tivesse orientado pela cultura do calote poderia contaminar toda a economia nacional, a sua confiança e a sua estabilidade.

A Assembléia Legislativa e o Senado aprovaram os termos do acordo, o contrato da dívida. Essa moratória deu lucro. Acho lastimável que pessoas importantes do Governo comemorem isso, porque o custo, em termos de credibilidade, está sendo enorme. Acho pouco inteligente, porque a moratória, em si, da dívida não faz caixa, não tem efeito técnico de caixa. Leva-se o ônus de uma imagem de mau pagador sem formar nenhuma reserva de caixa. A medida é puramente política e nociva para o futuro de Minas, já que, como em qualquer contrato, existem garantias que, em caso de inadimplência, são executadas, e a credibilidade vai embora.

O efeito de caixa foi só com o eurobônus - porque o Governo Federal se antecipou, mesmo não tendo nada que ver com o eurobônus; ele não é avalista, e pagou, para não ferir a imagem - e os recursos nascidos a partir de ativos remanescentes do sistema financeiro, que são R\$30.000.000,00. O Tesouro se apropriou de R\$40.000.000,00 que estavam no BDMG, eram remanescentes do BEMGE e deveriam ser do Tesouro Nacional. Mas o custo, em termos de credibilidade, é tão grande que me espanta alta autoridade do Governo de Minas comemorar com frases do tipo: "Que bom, está dando lucro". É uma irresponsabilidade atroz.

Além dos financiamentos externos que tínhamos negociado, há os de estradas, para fazer 2.000km de estradas novas e recuperar outros 1.000km; o do PRODETUR, que é um programa de turismo no Norte; a estrada BH-Itatinga, com o BNDES, e a reforma do Estado, que são US\$170.000.000,00 e significam hoje quase R\$250.000.000,00, que poderiam ser usados perfeitamente para pagar o décimo terceiro dos servidores, e a minuta do contrato já estava negociada.

Só não foi feito o contrato no final do ano passado porque o Senado aprovou uma resolução genérica, proibindo Prefeituras e Estados de se endividarem, assinando contratos de dívida no último semestre do mandato, ou seja, no semestre da eleição. Esse foi o motivo pelo qual não foi feito o contrato.

Senhores, espero ter sido claro. Procurei não aborrecê-los com muitos números e fazer uma intervenção política, uma vez que esta Casa é política, com "p" maiúsculo. Em termos de diretrizes filosóficas e das alternativas que eu vejo, tenho a certeza de que o Governador Itamar Franco é um homem extremamente experiente. Acho que ele está mal assessorado, mas é uma pessoa com sensibilidade social, que se preocupa com os mineiros e que vai corrigir essa rota, para que o Estado possa retornar ao seu bom leito. Ele vai enfrentar, sim, a crise fiscal com o nosso apoio, mas, principalmente, realizar um governo tão produtivo como foi o nosso.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Vencida essa fase, passaremos aos debates, com os seguintes esclarecimentos: a Presidência vai conceder a palavra aos Deputados que desejarem formular perguntas ao Sr. Marcus Pestana. Para tanto, solicita aos parlamentares que se inscrevam junto à Mesa e que, ao fazerem uso do microfone, sejam objetivos e sucintos, dispensando as formalidades das saudações pessoais. A cada Deputado será concedido o tempo de 3 minutos para a intervenção. Ao Sr. Marcus Pestana será concedido o tempo de 5 minutos para a resposta.

#### Debates

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Marcus Pestana, ex-Secretário do Planejamento, em primeiro lugar, gostaria de dizer que é uma alegria tê-lo aqui, porque a democracia é fruto do contraditório, mas é fruto, sobretudo, de informações verdadeiras, para que a comunidade possa julgar seus governantes, que são homens públicos, que são homens que têm a responsabilidade de conduzir um processo de desenvolvimento. Ficamos felizes com a ascensão de V. Exa. ao Governo Federal, embora lamentemos a sua ausência em Minas Gerais, para nos ajudar. Mas a vida é assim mesmo.

Gostaria de fazer uma pergunta prática e objetiva. As estatísticas mostram que Minas Gerais, durante o Governo Eduardo Azeredo, foi o Estado que mais captou investimentos produtivos. Portanto, foi o Estado que mais gerou empregos entre todos os Estados da Federação. Tanto isso é verdade que, na disputa pelo Governo de São Paulo, em um programa de televisão, no horário eleitoral gratuito, o candidato Paulo Maluf acusou o Governador Mário Covas de estar perdendo todas as indústrias para Minas Gerais. Como eu fiz parte do Conselho de Industrialização do Estado de Minas Gerais durante os quatro anos da legislatura passada, pude perceber a soma dos investimentos paulistas que vieram para o Triângulo e para o Sul de Minas, principalmente. Entretanto, neste momento, todos os empresários estão, como se diz, com a pulga atrás da orelha. Isso se dá exatamente porque empresário tem horror de briga política. E hoje, se perguntarmos para qualquer brasileiro, de qualquer canto deste País, onde existe uma confusão política, qualquer brasileiro dirá: lá em Minas Gerais. Portanto, esse é um fator que afugenta os nossos investidores.

Quería que o senhor fizesse um comentário a respeito disso. O "Estado de Minas" de hoje traz uma matéria, na primeira página, dizendo que a renúncia fiscal paulista ameaça Minas Gerais e que o investimento da SATIPEL, de R\$190.000.000,00, está ameaçado. O primeiro motivo, evidentemente, é a credibilidade, porque já houve confusão com a Mercedes - parece que estão tentando resolvê-la - e com todas as empresas que vieram pra cá e que têm os incentivos do Pró-Indústria ou do FUNDIEST. Também com relação à guerra fiscal, parece que São Paulo, agora, procura, definitivamente segurar essas indústrias no seu Estado.

Então, gostaria, à luz dessa confusão política e dessa perda de credibilidade - e V. Exa. disse que a credibilidade sobe pela escada e desce pelo elevador - de perguntar: será que isso não está acontecendo aqui? Isso não estaria afetando o comportamento dos investimentos em nosso Estado?

O Sr. Marcus Pestana - Agradeço a pergunta do Deputado Paulo Piau. Gostaria de afirmar algumas coisas e acrescentar outras. Gosto sempre de usar a forma alternativa não comprometida no jogo político conjuntural, para que as pessoas não tenham dúvidas. Quem tiver dúvidas, algum Deputado da Oposição que faça parte da base de sustentação do atual Governo, qualquer jornalista, se quiserem ter um testemunho do êxito da política de atração de indústrias e de geração de empregos do Governo Eduardo Azeredo, leiam as duas últimas revistas teóricas do BNDES. Esse artigo sobre desenvolvimento regional foi escrito por uma técnica do BNDES. Não vamos falar que foi o Marcus Pestana, tucano, pois o Maluf reconheceu isso em São Paulo, são favas contadas.

Vamos deixar essa questão resolvida: a política de atração de investimentos do pacote de US\$16.000.000.000,00, para a geração de 350 mil empregos, foi um sucesso. Por que foi um sucesso? Porque mistura basicamente cinco elementos: o primeiro é que Minas tem uma infra-estrutura invejável. Demos muita sorte. Nas áreas de telefonia e eletricidade, a CEMIG e a TELEMIG sempre estiveram nos primeiros lugares em nível nacional. Não temos problemas nessas áreas, como tem a TELERJ. A nossa companhia de saneamento não é

igual à companhia estadual de saneamento do Rio. Tínhamos uma infra-estrutura adequada. Tínhamos problemas na área de logística de transporte, mas, com a privatização das ferrovias, isso foi minorado. Já vi Secretários condenando, mas foi a grande solução, isso minorou o problema. O nosso programa de concessão de estradas, e tomara que o atual Governo o abrace, poderia gerar R\$800.000.000,00 em investimentos. O investimento na Fernão Dias, a inovação e os investimentos no setor ferroviário, juntamente com o setor elétrico e de telecomunicação, fazem de Minas um Estado muito atrativo.

O segundo elemento era um Governo com credibilidade e idéias claras, com visão em longo prazo, de compromisso.

O terceiro elemento era a parceria com o setor privado, combinado com o quarto elemento, que é o "marketing" institucional. O Governador Azeredo associou-se às entidades empresariais lideradas pelos Srs. Gilman, Salej, Francisco Américo. Eles saíram pelo mundo vendendo Minas, vendendo no bom sentido, para trazer investimentos para nosso Estado, investimentos que gerassem emprego para o trabalhador. Foram à Ásia, aos Estados Unidos, à Europa. Isso resultou nesse pacote. Em vez de conflito, fizemos parceria, "marketing" institucional, cooperação com a iniciativa privada.

O Deputado Paulo Piau foi membro do COIND. Um dos grandes diferenciais de Minas é que temos um sistema de incentivo inteligente, criativo, pioneiro e sólido. Uma das opções dessas grandes empresas foi a solidez jurídica. Estamos vendo, no Rio Grande do Sul, as fragilidades jurídicas se manifestando. O nosso sistema é baseado em leis aprovadas por esta Casa, tem um conselho paritário, do qual fazem parte a sociedade civil organizada e os empresários, o qual discute tudo e aprova os projetos. Temos um sistema de fundo gerenciado e executado pelo BDMG. Tínhamos, na época, e o sucesso dessa estratégia é porque havia um Governo com idéias claras, parceria com a iniciativa privada, infra-estrutura adequada, "marketing" institucional e um sistema claro de incentivos. Isso trouxe esse pacote, e é óbvio que está sob risco. Vou dar um exemplo: há uma empresa agroindustrial que está realmente repensando se vem para Minas. Outro dia, como bom mineiro, em conversa com um investidor do setor eletroeletrônico que está negociando com o Paraná e Santa Catarina, disse-lhe: Por que você não pensa em ir para Minas? A reação veio de pronto: O clima lá não está favorável a investimentos.

O estrago na imagem de uma grande empresa, nesse caso, é muito grande. O contrato é sólido. E no caso da Mercedes, o que está sendo feito é uma alteração de fluxo. Essas empresas são tão sólidas juridicamente que ganhariam na justiça. A coisa se arrastaria por muito tempo, seria um conflito jurídico indesejável. Estou muito preocupado com isso. E é ingenuidade achar que você vai ficar inadimplente com dívidas, confrontar com grandes empresas que confiaram em Minas e vieram para cá, confrontar com as instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o BID. Ai depois você faz "road show", o que vai trazer a empresa. É pedir demais para os investidores. Repito: Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia também estão comemorando.

A Deputada Elbe Brandão - Sr. Presidente, meu caro amigo, companheiro de partido, ex-Secretário Marcus Pestana, hoje em Brasília, honrando a facção e o grupo de Minas que quer e pensa o desenvolvimento de uma forma democrática e coesa, que honra o mandato que nos foi dado nesta Casa, de Deputado, pelo povo mineiro, para representar os seus sentimentos, as suas angústias, engrandecendo toda a busca pessoal e coletiva do bem-estar social.

Sr. Presidente, Deputado José Braga, entristece-me a falta de compreensão e de adequação da base de Governo desta Casa ao que significa e ao que representa a democracia. Entristece-me o fato de que, na vinda do Secretário da Educação, Murílio Hingel, todos nós estávamos a ouvi-lo educadamente. Entristece-me que, com a vinda de todos os membros do Governo Itamar Franco, o PSDB e o PFL, enquanto partidos de Oposição nesta Casa, estamos educadamente representando o nosso povo, que é um povo educado por toda Minas Gerais, escutando, ouvindo, debatendo e procurando exercer a democracia.

Gostaria de pedir aos funcionários da Casa, aos câmeras, que mostrassem o plenário neste momento. As cadeiras vazias, a ausência das pessoas, que não querem ouvir a verdade. Que seja meia-verdade, mas que seja - como disse V. Exa, essa parte da verdade como um tijolo a construir a nossa Minas Gerais, uma Minas Gerais sólida, verdadeira. Ou será que eles têm medo de vir à presença de V. Exa e poder olhar nos seus olhos? Quantos e quantos Deputados que aqui estiveram e estão hoje nesta Casa usufruíram do Governo Eduardo Azeredo, buscavam e davam coesão a ele e, na luta dos seus municípios, iam até a ele pedir obras, investimentos? Vi Deputado que hoje se coloca aqui nesta Casa como governista até lançar Eduardo Azeredo para Presidente da República por ser um dos maiores homens públicos que já passou por Minas Gerais. Isso me entristece não por eles serem hoje base de Governo, porque o ser humano é dinâmico e tem essa liberdade na condição de representante do seu povo, de repensar os seus valores, de repensar as suas posturas, mas o direito de vermos nesta Casa uma base que se porta, neste momento, como mal-educada.

Gostaria de pedir ao Presidente mais alguns minutos, uns 3 ou 4 minutos, principalmente porque o Plenário está vazio, e temos tempo para continuarmos esta discussão, pela disponibilidade do nosso amigo, o ex-Secretário Marcus Pestana.

Para concluir esse pensamento, Marcus Pestana, que me angustia, para externar a minha dor de coração - eu já me coloco numa política de coração quente, mas também com cabeça fria -, ao ver estampado hoje no jornal o nosso Governador, porque reconheço, ele é Governador de todos os mineiros, Itamar Franco, falando que só conversa com Fernando Henrique no outro mundo. Será que ele nunca leu a Constituição mineira ou a Constituição Federal? Ele, que foi Presidente - acredito que só peguei na mão dele uma vez, no dia em que fomos diplomados no TRE; depois disso, nunca mais o vi, não o conheço. Mas acredito em V. Exa., que é conterrâneo dele, de que seja um homem bem-intencionado, que seja uma pessoa recoberta com os problemas de Minas. Não é como no dia em que deu entrevista falando que podem fazer o que quiserem, pois a sua vida está boa. E a vida dos mineiros? E a vida das nossas Minas Gerais? O comportamento de cada um de nós é independente.

Como Elbe Brandão, na rua, posso fazer o que quiser. Estou exercendo o meu papel de cidadã e a minha individualidade, como a de cada ser humano deve ser respeitada. Mas aqui eu sou Deputada, sou representante de um povo e de uma região. Necessariamente, tenho de me comportar de maneira educada, tenho de cumprir o meu papel de parlamentar, de estar aqui neste Plenário para ouvir e discutir, quer seja com pessoas de minha facção política, ou pessoas de oposição. Tenho de agir educadamente como sempre, com todos, porque somos muito bem pagos pelo povo mineiro para trabalhar. Faz parte do nosso trabalho exercer esse papel democrático.

Só para concluir, aí vai a minha pergunta: Como é que fica o PRODETUR? Como é que fica esse projeto de desenvolvimento para o nosso Norte de Minas e o Jequitinhonha, que é uma região que hoje deve superar 30% do território do Estado e que só produz algo em torno de 2% do PIB de Minas Gerais? Nós precisamos crescer. Quero que o meu povo seja cidadão e tenha plenos direitos de exercer essa cidadania. Muito obrigada, Sr. Presidente, pela compreensão.

O Sr. Marcus Pestana - A primeira observação nem me cabia fazer, mas estou me sentindo tão à vontade aqui, tão bem recebido que fui por todos os senhores e senhoras. Quero também registrar uma tristeza em relação à ausência das Bancadas do PMDB e do PT, principalmente. Fui Vereador, presidente do PMDB jovem; fui por seis anos, na Câmara de Juiz de Fora, vereador pelo PMDB - sai para fundar o PSDB. O ato de fundação se deu a partir da dissidência mineira de 1986. A semente do PSDB estava lançada.

É contraditória a vida; a semente do PSDB foi a dissidência mineira a favor de Itamar contra Newton Cardoso. Como é que o mundo dá volta. No PMDB, eu tinha muitos amigos. Fui líder do Prefeito, do atual e do então Prefeito Tarcísio Delgado. Rompi para fundar o PSDB, que achávamos que era a perspectiva correta para o País, como a história provou.

No PT tenho ótimos amigos. Ontem mesmo revi um amigo de movimento estudantil, e viemos no avião conversando sobre política de saúde. E ele foi um militante no movimento estudantil. Fui Presidente do DCE, ele era oposição. Viemos conversando, marcamos até um chope para aprofundar a conversa, de tão interessante que foi.

Sou um apaixonado pela vida democrática e política. Acho que a graça da política está em discutir idéias, não em desqualificar pessoas ou ter esse sentimento belicoso. Não viro a cara para as pessoas porque têm uma opinião contrária à minha. Aceito avançar. Mesmo em relação à política salarial, comecei a esboçar uma autocrítica aqui. Acho que as pessoas evoluem.

O belo da democracia é aquela famosa frase: "A pior democracia é melhor que a melhor ditadura". Na democracia há a possibilidade da autocorreção. A ditadura quando se aprofunda no erro não tem volta.

Tenho vários amigos no PT, com os quais me dou muito bem. Tenho recebido parlamentares do PSD, em Brasília, e não vejo motivo para o confronto. Gostaria de estar aqui sendo desafiado por perguntas da Oposição, porque há muita névoa sendo lançada, muita fumaça, e o mecanismo de achar a verdade é o debate.

Por outro lado, essa preocupação que você manifestou, Deputada, é absolutamente correta.

O pior é que o efeito é de longo prazo. Um erro de hoje em questões estruturais, como atração de investimento e formação de imagem, tem repercussão para dez anos. Os investidores e as companhias que assessoram os investimentos ficam no cadastro. Minas Gerais é o Estado que não pagou eurobônus. O Governador Hélio Garcia tinha uma categoria de análise muito interessante, o gesto inútil. Ontem, o Secretário da Fazenda, em um gesto inútil, anunciou que não vai pagar a prestação do eurobônus de março do ano que vem. Já anunciou para o mercado europeu que não pagamos e não vamos pagar. E achou ruim de o Governo Federal, que não era avalista, pagar. É coisa de maluco. Já falei com alguns articulistas de Minas Gerais que estamos em uma terra de maluco. Lembra-me "O Alienista", de Machado de Assis. Onde está a razão de se anunciar, com um ano de antecedência, que dará calote? Depois, faz-se viagem ao exterior para atrair investimento. "Sou malcriado, não pago minhas dívidas, mas vai para lá que é uma boa". Posso ter a inteligência limitada, não entendo. Por que um Estado que arrecada R\$500.000.000,00 vai "dar cano" em uma prestação de R\$1.000.000,00 de um financiamento de Francelino Pereira para o Noroeste de Minas, de 1981, que vem sendo pago, portanto, há 18 anos? O contrato está sendo respeitado há 18 anos. Isso não tem nada que ver com Eduardo Azeredo, com Fernando Henrique ou com contrato de dívida. O contrato da dívida não fala sobre as dívidas contratuais externas porque são coisas pactuadas com prazos e juros adequados. Não são juros flutuantes. Isso é "dar cano" em prestação de dívidas contraídas pelo próprio Vice.

Lamento, Deputado, mas o PRODETUR está sob grave risco. Seu agente financiador é o Banco do Nordeste do Brasil, do sistema de fomento do Governo Federal. Pode ser que nessa conversa, na eternidade, o Governador Itamar consiga liberar o PRODETUR ao Presidente Fernando Henrique, mas, da forma como vem sendo conduzido, como dizia o grande poeta, o PRODETUR será um retrato pendurado na parede, e nada mais.

O Deputado Mauro Lobo - Prezado Dr. Marcus Pestana, companheiro de governo - como V. Exa. já afirmou, reafirmo que tivemos muita honra de dele participar. Dr. Marcus, sua pessoa é um exemplo vivo de Juiz de Fora, que também fornece elementos competentes, de real valor para a área pública do nosso Estado e para o País. Cumprimento-o pelo trabalho que realizou no Governo passado e que vem realizando no Governo Federal.

Estamos participando da CPI dos Fundos. Quando foi lançada, usava a expressão "desvio de recursos" no sentido de apropriação indébita, não apenas referindo-se ao deslocamento de recursos para a conta única do Governo do Estado. Há questão de uma semana, essa CPI recebeu o Secretário do Planejamento para uma exposição, o qual, no entanto, não respondeu com clareza a duas perguntas que fiz. A primeira delas é se havia ilegalidade nesse procedimento; a segunda, se o Governo atual estava utilizando o mesmo mecanismo, a mesma base legal.

Ele, realmente, não respondeu com clareza a duas perguntas que eu havia colocado. Primeiro, se havia ilegalidade nesse procedimento. Segundo, se o Governo atual estava utilizando o mesmo mecanismo, a mesma base legal. Ele não respondeu como se deve esperar, preto no branco. Mas estou vendo no "Estado de Minas" de hoje uma declaração do Secretário da Segurança Pública, meu amigo Mauro Lopes, que diz o seguinte: "A secretaria tem recursos - rebateu o Secretário.". Ele afirmou que podem ser utilizados R\$46.000.000,00 da secretaria que estão retidos na Fazenda, referentes a taxas de segurança pública, que são cobradas em todo o Estado, quer dizer, ele está confessando que o recurso foi também neste Governo, está indo para a mesma conta única. Então, gostaria, para esclarecer a nós e a esta Casa, Dr. Marcus Pestana, que o senhor falasse alguma coisa sobre essa tormentosa questão da gestão dos fundos no Estado.

O Sr. Marcus Pestana - É uma pergunta muito importante. A questão dos fundos é emblemática da estratégia mineira, é um êxito e é reconhecida no Brasil inteiro. Inclusive, os outros Estados vieram a copiá-la. Essa estratégia foi desenvolvida, inclusive, nos Governos passados, principalmente, no Governo Hélio Garcia, e aprofundada no nosso governo. É uma estratégia extremamente engenhosa. Você cria fundos com foco específico, para promover o desenvolvimento. Há um conselho gestor, que faz a sinergia do setor público de todos os órgãos envolvidos, e há o agente financeiro, que é o BDMG. Os fundos têm sido um instrumento, o Pró-Floresta, o SOMMA. O que o SOMMA vai financiar para os municípios nos próximos 20 anos é brincadeira. A inteligência dos fundos... São políticas públicas que se perpetuam. O SOMMA do BDMG será uma fonte permanente de financiamento aos municípios até a eternidade, porque ele provoca retornos e tem até um caráter pedagógico, de mostrar que nada cai do céu, que tudo tem um custo e há financiamento, que tem que haver seletividade e prioridade. Então, os fundos são uma política de êxito. É mais um exemplo do sucesso da administração pública.

Eles fazem questão de ficar difamando e acabando com a imagem de Minas, falando que estava uma bagunça. É mentira. A máquina pública em Minas é de alta qualidade. E isso não é mérito do Governo Eduardo Azeredo só. Havia uma equipe de direção muito boa, como havia no Governo Hélio Garcia. É porque a burocracia é boa, porque os servidores são bons. Aprendi a respeitar a máquina dos fiscais. Há gente muito boa, na Fazenda, na Fundação João Pinheiro, no BDMG, na CEMIG e em todo o Estado. A paixão com que a equipe da Secretaria de Educação se dedicava ao projeto de qualidade era de sensibilizar qualquer um. Tenho orgulho de ter dirigido aquelas 350 pessoas na SEPLAN. Agora, sim, está confuso, porque há três ou quatro correntes lá. Meu gabinete era aberto. Agora tem bloqueio físico para acesso ao gabinete do Secretário. Agora, sim, está difícil o acesso. Eles estão desorientados, porque há mais de duas ou três correntes. Em nossa época, havia democracia, participação, mas havia comando único, que éramos o Dr. Walfrido e eu. Não havia essa bagunça. Então, não adianta ficar difamando Minas. Parece que é um prazer mórbido, suicida. A toda a hora, está na imprensa nacional esta coisa: estava uma bagunça.

Temos um problema, que é o fiscal. Vamos dizer com todas as letras: é um problema de dinheiro, mas não fiquem difamando o que está organizado, porque é contrapropaganda, é tiro no pé. Então, na questão dos fundos, não há ilegalidade. Existe um decreto suportando e há uma legislação federal sobre caixa único, com alguns instrumentos aprovados durante a gestão de Itamar Franco na Presidência. Então, dinheiro não tem carimbo. O sistema de caixa único é legítimo. O que é importante interrogar? Ai, o Sr. Deputado foi ao ponto. O que interessa perguntar é se o fluxo está em dia ou não. Nós, em nosso Governo, não atrasamos nenhum desembolso dos fundos.

Volto a dizer que no Governo Eduardo Azeredo não atrasamos desembolso dos fundos. O mecanismo de caixa único é legítimo, são fundos fiscais, com recursos fiscais, dinheiro não tem carimbo, o Dr. João Heraldo não fica na porta da Coletoria - e já teve gente com saudades da Coletoria - carimbando. Hoje isso já não existe devido ao avanço tecnológico. Hoje já não se procede como antigamente, quando a classe média se utilizava dos famosos "envelopinhos": um para o lazer, outro para a habitação, um terceiro para o transporte e escola dos meninos. Isso não é assim. O que importa é o fato de os compromissos estarem sendo honrados e de os contratos terem sido honrados. Perguntem ao BDMG se encontra parado ou está funcionando, pois é isso que interessa. E o que foi feito com a Mercedes foi exatamente isso: um contrato sólido que foi respeitado porque, caso contrário, perder-se-ia na justiça trazendo um desgaste monumental. Foi feita uma alteração de fluxo, e não houve nenhuma renegociação exatamente porque em janeiro e fevereiro os vários fundos tiveram atrasados seus fluxos porque o caixa único, o Tesouro do Estado, como tem debilidades, está fazendo uso desse recurso.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro companheiro e amigo Marcus Pestana. Nós, quando Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, fomos testemunha da sua luta, como Secretário Adjunto do Planejamento, para que os projetos do Norte de Minas fossem viabilizados. Em nome daquele povo, queremos agradecer a sua participação principalmente para que um projeto, que se encontrava paralisado, que é o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, fosse efetivado, atendendo a milhares de pessoas e criando a infra-estrutura para o desenvolvimento.

Queremos também lembrar a questão do trabalho junto ao Fundo (...) e ao FEF para que os recursos do Jaíba pudessem ter continuidade. Gostaria de colocar, como primeira questão, relativamente à irrigação do Jaíba e dessas localidades em que a chuva cai em período muito breve, que está se tornando inviável a questão da energia elétrica para a irrigação. Gostaríamos que o senhor trouxesse algumas soluções em nível federal para que os irrigantes de Minas Gerais possam trabalhar. É praticamente impossível que esses irrigantes continuem pagando taxas, que apenas à noite diminuem.

A outra questão, após havermos colocado o reconhecimento do seu trabalho em prol de Minas Gerais e, principalmente, do Norte de Minas, refere-se a algumas dívidas que tenho. Particularmente acho que a vontade do Presidente Fernando Henrique Cardoso em promover a sua reeleição acabou atrasando algumas reformas de que o País precisava. Alguns números realmente atordoam a minha cabeça. A dívida interna brasileira é de R\$400.000.000,00. Se os Bancos forem bonzinhos para com o Brasil e cobrarem uma taxa de 30%, teremos que pagar, só de juros, nesse ano de 1999, R\$120.000.000,00. Como a arrecadação total do ano passado foi de R\$117.000.000,00, não vemos saída. Ainda temos que pagar os funcionários, que custearam o País, fazer investimentos, pagar a dívida externa.

Enfim, estamos perto de qual situação? Quanto tempo mais o Brasil protelará uma situação de insolvência, de inadimplência, que, conforme esses números, está perto de acontecer? Se somente os juros constituem tudo o que o Brasil arrecada, aonde é, Pestana, que o Presidente Fernando Henrique chegará? Tenho a certeza de que você tem na cabeça os números de Minas Gerais. Se a pergunta fosse colocada em termos de nosso Estado, V. Sa. teria a resposta na ponta da língua.

Conhecemos a sua grande competência e reiteramos os inúmeros trabalhos prestados por V. Sa. a Minas Gerais, principalmente ao Norte de Minas. Portanto, deixo aqui o meu reconhecimento e o reconhecimento daquele povo pelo grande trabalho que um jovem dessa nova geração de políticos de Minas Gerais executou e, tenho a certeza, continuará executando.

O Sr. Marcus Pestana - Muito obrigado pelas suas palavras generosas. Realmente, tive um grande convívio com a AMANS. Uma das idéias claras que o Governador Eduardo Azeredo e sua equipe tinham era o combate à desigualdade regional. Essa era a prioridade durante todo o tempo, pois o Governador Eduardo Azeredo e o Vice-Governador Walfrido



dos Mares Guia sempre convocavam a equipe para uma reflexão sobre a necessidade do pacto Minas por Minas, ou seja, a prioridade para o Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri. Essa era uma diretriz de nosso Governo.

O Jaíba foi um programa concebido em outro ambiente. Realmente, tem problemas, pois foi concebido na época do Brasil grande, e temos de pensar grande. O Brasil andou patinando por todos esses motivos já discutidos aqui, mas existiam outras possibilidades na década de 70. O grande pai da idéia foi o Ministro e Secretário Alysso Paulinelli. No entanto, naquela época, havia folga. Foi um programa dimensionado para um Brasil que tinha uma taxa de crescimento muito grande. Depois, houve vários problemas gerenciais, vários problemas de crise.

Ontem, o Secretário de Esportes, Deputado Ivair Nogueira, anunciou que irá aprofundar o Toriba. De repente, o ex-Deputado Armando Costa apresentou o balanço da saúde, ressaltando quatro programas federais, entre eles os carros para o combate à dengue, a vacinação dos idosos, o combate à AIDS. Assim, fez um elogio indireto ao Ministro José Serra.

Quanto ao Jaíba, fiquei feliz, pois, por meio da imprensa, percebi que eles comemoraram o recebimento do cheque da (...). Em 1996, eu e o Rúbio fomos ao Japão negociar, e aquela estrada e o crédito agrícola foram possíveis por causa dessa viagem. Já perdida a eleição, estive no Rio, nos meses de outubro e dezembro, exatamente para possibilitar que aquele cheque estivesse ali. A vida continua. Não é porque perdi a eleição, e, solidário ao Governador Eduardo Azeredo, que vou deixar de cumprir as minhas tarefas. Fui em dezembro ao Rio, a fim de viabilizar o recebimento do cheque.

Houve um problema sério, a que V. Exa. se referiu, que é o processo de seleção dos produtores no Jaíba I. O Jaíba II tem outra filosofia. Isso é um campo de negócios, não é agricultura familiar, não é agricultura social, é agricultura de negócios. Então, você está assentando irrigantes; que tenham talento e experiência, a fim de que o programa dê certo. No entanto, temos de resolver esse problema social, e a tarifa de energia é um dos componentes que oneram. Sou otimista. Li matérias na "Veja" e na "Folha de S. Paulo" que eram negativas com relação ao Jaíba. Já fui lá ver a fruta que a terra dá, e creio que aquilo será promissor.

Para entrar na segunda questão, ou seja, o endividamento, posso tranquilizar o Deputado - conheço um pouquinho sobre macroeconomia, além de conversar em Brasília: o País não está caminhando para a insolvência.

O que interessa é a relação estoque-PIB, ou seja, estoque de dívida-PIB.

Pelo contrário, o câmbio convergiu rapidamente. Já passamos a barreira do R\$1,70. A inflação vai ser menor que a de 15%, projetada. Estará na faixa de 10%, 12%. O País tem espaço para crescimento, depois de solucionado o problema cambial. Em 2002, deveremos ter uma inflação de cerca de 4%, 5%, com um crescimento de 4% ou 5%. E isso não é otimismo vão. Tivemos dois gargalos: o cambial, que foi superado, e não podemos repor o problema anterior, se o real, novamente, se sobrevalorizar, e o problema fiscal, que é o desequilíbrio. O raciocínio que o senhor fez é do tipo "quem vem primeiro: o ovo ou a galinha?". Tem-se uma taxa de juros alta e, portanto, onera-se o serviço da dívida, porque há déficit. E agrava-se o déficit, porque se tem uma taxa de juros alta.

É preciso falar claramente. Essa é uma outra mistificação não só de Minas.

Então, não é uma mitificação só de Minas, não. É um debate. A taxa de juros é um preço como outro qualquer da economia, é um termômetro. Assim como há o preço do carro, do feijão, do arroz, pelo fato de os consumidores e produtores, em determinadas condições do mercado, se encontrarem e os formarem, há também um outro preço essencial, que é uma mercadoria especial na economia de mercado, chamado dinheiro. Esse dinheiro tem um custo, e nele há vários vetores, entre eles a questão do desequilíbrio fiscal, que é fundamental. Porque, se o Governo gasta mais do que arrecada, tem que buscar poupança privada e oferecer remuneração. E o investidor privado só vai aos títulos do Governo se houver remuneração, prazo e confiança.

As pessoas acham que o Arminio Fraga e o Malan acordam de manhã, olham para o espelho, fazem a barba e pensam: "Como vou atrapalhar a vida de todo mundo? Aumentando a taxa de juros.". Tem-se uma visão ingênua de política monetária. A taxa de juros é um preço da economia formado. Não adianta: se se lançam títulos com outra taxa, o mercado não compra. Há um ponto de equilíbrio. É um processo de formação de preço como outro qualquer. E é também instrumento de política monetária. Os juros reais estão caindo, vão cair mais ainda porque agora há espaço, corrigido o problema cambial. Há grandes desafios. Agora, o centro da questão é: quando a taxa de juros cair para níveis-padrão no mundo inteiro, a dívida deixa de ser um problema.

E aí há algo que me espanta: quando discutimos a dívida, tiramos Minas do "overnight". Estaríamos rolando a dívida, a 41%, 39%, 34%, que é a tendência da próxima semana, mas estão pagando 7,5%. É o que falei: se o Fernando Henrique quisesse, "devolveria o abacaxi" aos Estados e falaria assim: "Rolem vocês no mercado". Mas não se pode fazer isso porque há o risco sistêmico, que atrapalha a vida de todos, de alguém "dar o cano".

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Marcus Pestana, primeiramente gostaria de manifestar a minha admiração por V. Exa., o prazer e o privilégio que tive - e foi um grande aprendizado para mim e também para a minha vida - de ter sido seu companheiro durante o governo honrado do Dr. Eduardo Azeredo. V. Exa., não só como homem público, é um cidadão mineiro que merece todo o respeito e o reconhecimento dos mineiros pelo trabalho prestado. V. Exa. hoje está em Brasília. Deixa um vazio em Minas Gerais, mas, com certeza, sempre estará ao nosso lado, presente, apesar de distante.

Gostaria de fazer coro com a Deputada Elbe Brandão quando lamenta a fuga dos Deputados de base de sustentação do Governo, que fugiram deste debate.

Lembro-me, querida Deputada, que, no dia em que o ex-Secretário João Batista dos Mares Guia esteve neste Plenário, aconteceu quase a mesma coisa. E, depois que ele saiu, um Deputado do PT, da base de sustentação do Governo, disse que o ex-Secretário havia dito aqui várias mentiras, enquanto teve oportunidade, por mais de quatro horas, de vir debater com ele. Mas não. Preferiu, depois que o convidado se retirou, fazer acusações levianas, fúteis e demagógicas.

João Batista dos Mares Guia fez um desafio: colocou-se à disposição da Comissão de Educação para o debate com os Deputados da Situação e com membros do Governo. Espero que o convoquem para, frente a frente, colocar suas questões.

Tenho três perguntas a fazer ao Dr. Marcus Vinicius. Primeira: quando da privatização do BEMGE e do CREDIREAL, ficaram alguns créditos, que foram para o BDMG. Esses créditos teriam discriminação própria? Justifico: temos informações seguras de que esses recursos estão sendo transferidos - não vou dizer desviados, como gosta de dizer a Situação - para o caixa único.

Segunda pergunta: o Líder da Minoria manifestou, há dias, nossa preocupação com a saúde em Minas Gerais. Ontem, o Governo "prestou contas", entre aspas, dos 100 dias, com "s", do seu Governo, e continuamos preocupados com a saúde.

Gostaria que o senhor fizesse uma avaliação da saúde no Estado e, por fim, a avaliação da abertura do capital da COPASA para investidores privados.

Muito obrigado, Dr. Marcus Vinicius, por sua presença, que muito honra esta Casa.

O Sr. Marcus Pestana - Agradeço ao Deputado Márcio Kangussu, companheiro de partido e de governo, pelas palavras generosas a mim dirigidas.

Quando vim para o Governo de Minas, pensei: tenho que trabalhar muito e, metade do tempo, tenho que pensar em Juiz de Fora. Agora, que faço parte do Governo Federal, penso: tenho que trabalhar muito e, metade do tempo, tenho que pensar em Minas Gerais. Encontro-me fisicamente ausente do Estado, mas, espiritualmente, estou aqui.

A um Deputado ou outro do PT e do PMDB que estiver nos vendo em casa ou que tiver oportunidade de passar a fita depois, escondido, evitando estar aqui para ouvir nossa argumentação, lembro que vim à Assembléia várias vezes convocado por eles. Em duas situações, aqui compareci para falar, em nome do Governo, sobre questões polêmicas.

Uma foi no seminário sobre previdência, quando fiquei internado nesta Casa por dois dias. Não sei se os senhores se lembram disso. E levando pau. Vieram técnicos da Fundação Getúlio Vargas e sindicalistas, com quem conversei por dois dias, agüentando desaforo, refletindo e respeitando posições.

Outra foi no seminário promovido pela Assembléia sobre organizações sociais. Conversei e tentei convencer. Misturaram organização social com privatização. Eu estava aqui para mostrar que uma coisa nada tinha a ver com a outra. Queriam fazer uma negociação, queriam que tirássemos a saúde. Ora, se se tirasse a saúde, iria embora metade da substância. Ontem, engraçado, meu amigo petista que é técnico da área mostrou que também concorda com isso.

O contraditório, naquela oportunidade, estava presente. Tenho o maior prazer em discutir. Afinal, sou professor universitário, tal qual o Deputado Amílcar Martins. Fomos educados no gosto pela polêmica. Adoro debater e evoluir com o adversário. Isso é essencial na democracia. Por que o PT, que tem veia polêmica, que acredita no que diz, que tem programa e idéias, não veio ao debate? Ora, vamos discutir, vamos evoluir juntos.

Partamos para as respostas ao Deputado. Realmente, havia, remanescente, uma série de ativos que ficaram sob a guarda do Estado - créditos de diversos perfis, de qualidade heterogênea, mas que geram receita de R\$3.000.000,00 a R\$5.000.000,00 por mês. Não tenho os dados exatos. Deve haver algo em torno de R\$40.000.000,00 ou R\$50.000.000,00, imagino, pois já havia R\$30.000.000,00 à nossa época, que não estão sendo destinados, porque tinham um destino específico, que é o de ressarcir o Tesouro Nacional, que financiou o saneamento. Então, a receita gerada pelos ativos deveria arrematar dívida. Você financiou em 30 anos a 7,5%; no caso do sistema financeiro, a taxa de juros é até menor: 6%. Você carrega esses ativos, e o fluxo que ele gera deveria ir para o Tesouro Nacional. Realmente, isso está sendo usado no caixa 1. Eu imagino.

Quanto à saúde, tive a oportunidade de rapidamente ler os jornais, nesta manhã - estava em Brasília, onde trabalhamos muito. O Ministro Pimenta da Veiga me espanta por sua capacidade de trabalho. Ele, como bom fazendeiro, começa a trabalhar às 8h30min, e vamos até às 22 horas, 23 horas, tentando ajudar o Governo do Presidente Fernando Henrique a ter o melhor desempenho possível - um elogio indireto ao Ministro José Serra e ao Presidente Fernando Henrique. Os carros de combate à dengue são recursos da Fundação Nacional de Saúde.

Para termos saúde, habitação, saneamento e educação, devemos ter uma coisa que é muito cara ao Deputado Márcio Kangussu: o sentimento municipalista. Sou radical nesta questão; para termos habitação, saneamento, educação e saúde, devemos descentralizar radicalmente. Essa discussão, na reforma tributária e no pacto federativo deve estar colocada. Não tem sentido.

Tudo que foi anunciado está sendo cumprido. Estão sendo anunciados, na televisão, o programa de vacinação para a terceira idade e a campanha contra a AIDS, no carnaval. Igualmente, o Secretário de Esportes implantou o Toriba, que era um programa nosso. Fico alegre com isso, porque idéias boas devem ser copiadas. O país já está fazendo 500 anos, mas a humanidade já tem mais tempo. Não tem por que inventar a toda hora. Copiar o que é bom é sinal de inteligência. Manter o que é bom. Por que inventar? O processo de democratização e descentralização da educação é ruim? Não, está colhendo frutos, tem muito que avançar. Vamos lá. Os consórcios de saúde são ruins? Não. São ótimos. O Programa de Saúde da Família é ruim? Não. O Toriba é bom? Mantenha.

Esse espírito do Secretário Armando Costa teve, no encontro nacional, e elogiou. Vi uma entrevista dele, dizendo que tem espírito de parceria. O Ministro Jungman esteve aqui oferecendo parceria na questão da reforma agrária. O Secretário da Cultura é curador de uma mostra sobre o barroco mineiro, em Paris, promoção do Ministério da Cultura. É isso mesmo, deve haver cooperação. A equipe da Cláudia Costin encontrou-se com a equipe do Dr. Sávio, mostrando o aprimoramento dos instrumentos de gestão que o Governo Federal ia oferecendo à assessoria. Não podemos isolar Minas, não podemos fechar as fronteiras. Não tem sentido isso. Sobre a COPASA, fico alegre de ver que está evoluindo. Nós aprovamos uma lei nesta Casa autorizando a abertura do capital da COPASA. Nós contratamos e já tomamos a iniciativa para viabilizar, junto à bolsa de valores, a abertura do capital dessa empresa. O teor da nossa lei é exatamente este: vender ações. É preciso fazer uma boa modelagem, saber se são ações preferenciais ou ordinárias. Acho que é uma estratégia inteligente, porque a CEMIG, com a parceria estratégica, avançou muito. Já era boa e ficou melhor ainda. Acredito que o setor público deve ter a sua qualidade controlada pela competição. Nós devemos evitar monopólios, sejam públicos ou privados.

Existe o acionista, que tem interesse em cobrar resultados e eficiência. Acho isso muito positivo, e esta Casa já aprovou esse projeto. Isso é continuidade. Falei na relação dialética entre permanência de elementos e inovação, mudança de rumo. Democracia é isso mesmo. O Governo de Oposição assume e muda algumas diretrizes, mas o paraíso não começou nem o inferno acabou. A humanidade é muito mais imperfeita que isso.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, meu caro companheiro de partido, colega da Administração Eduardo Azeredo e amigo Marcus Pestana, gostaria de dizer da alegria de recebê-lo aqui. Com sua inteligência e brilhantismo, vem trazer esclarecimentos fundamentais para a opinião pública de Minas Gerais sobre o que efetivamente aconteceu na administração passada.

O Deputado Toninho Andrada havia dito há alguns dias que, infelizmente, esta Assembléia está legislando para trás, porque até agora não aconteceu nada positivo para o futuro. Todas as ações da base de sustentação do Governo são voltadas para acusações e calúnias contra a administração passada.

Quero, rapidamente, falar sobre a ausência da base governista desta Casa, daqueles Deputados ligados ao Governador Itamar Franco e ao Vice-Governador Newton Cardoso. Refiro-me, sobretudo, aos petistas, pois alguns são neo-itamaristas e neonewtistas, mas alguns já vivem essa promiscuidade há muito tempo. A ausência deles aqui não me impressiona, porque efetivamente eles não gostam da verdade, não gostam do confronto, gostam apenas de armar um circo e de conversar a partir desse circo armado.

As perguntas que farei ao caro companheiro Marcus Pestana vão se ater ao balanço de 100 dias feito ontem pelo Governador Itamar Franco. O Governador nos surpreende mais uma vez, falando coisas realmente curiosas. Ele chegou a falar, em determinado momento, que vai se encontrar com o Presidente Fernando Henrique no além, na outra vida. E depois ele disse a uma jornalista que estava brincando. Então, não se sabe quando ele está brincando. As coisas estão um pouco misturadas. Ele está um pouco confuso neste momento e acaba de anunciar hoje o pagamento do décimo-terceiro que o Governador Eduardo Azeredo não conseguiu pagar inteiramente, em 24 meses, o que é um desrespeito aos funcionários públicos de Minas Gerais. Quero ver como os Deputados que têm compromisso com os sindicatos e como os sindicalistas vão reagir a esse desrespeito. Já o Vice-Governador Newton Cardoso, quando foi Governador, não pagou o décimo-terceiro, e o Governador Hélio Garcia é que pagou em seguida. Mas o compromisso é do Governo do Estado.

Um comentário geral é que todas as ações anunciadas ontem como ações desse Governo representam, na verdade, uma continuação. Exceto aquelas tantas mentiras e desaforos que eles gostam de falar sobre a nossa administração, tudo de concreto que foi anunciado são continuidades de ações do Governo passado. Chega-se a falar como uma grande novidade a eletrificação rural, esquecendo-se do sucesso do Programa Luz de Minas, que ampliou de 40 para 80% a eletrificação nas propriedades rurais de Minas Gerais.

Fiquei satisfeito porque na minha área, por exemplo, o Secretário Ângelo Oswaldo falou que a grande conquista da atual administração é a continuidade da Lei Estadual de Incentivo à Cultura e que ele conseguiu captar R\$700.000.000,00 usando essa lei, que foi um esforço do qual todos participamos, inclusive V. Exa. É um trabalho do qual tenho muito orgulho de ter participado como Secretário da Cultura.

Farei apenas três perguntas a V. Exa. Tenho certeza de que o nosso Presidente José Braga, que há três semanas, estoicamente, suportou toda a exuberância da fala do ex-Secretário João Batista dos Mares Guia, vai, mais uma vez, ter essa condescendência, para que V. Exa. possa nos prestar alguns esclarecimentos, que são extremamente importantes para a população de Minas Gerais.

A primeira pergunta que eu faço a V. Exa. é relacionada ao corte de custeio que está sendo anunciado nas despesas do Estado. Algumas vezes, falam que esse corte será de 50%, e outras, de 30%. Essa é uma outra característica do Governo. Existe uma certa dificuldade no manejo dos números, não se sabe muito bem. Mas sabemos que o custeio já estava no osso. Quero saber o que V. Exa. pensa sobre isso. É possível haver esse corte? Já fiz um requerimento a esta Casa pedindo que seja explicitado pelo Secretário Sávio Souza Cruz como foi feito esse corte no custeio.

A segunda pergunta é a seguinte: eles têm repetidamente afirmado que o Governo passado deixou uma dívida de curto prazo de R\$3.300.000.000,00. Quero saber a verdade sobre essas afirmações.

Finalmente, para não abusar muito da sua paciência e da paciência do nosso Presidente José Braga, os Secretários, ontem, vários deles afirmaram sua intenção de fazer novos empréstimos para financiar projetos e ações de governo. V. Exa. acha possível eles tomarem novos empréstimos, se não estão pagando os seus compromissos antigos? Se eles não pagam o que devem, como é que vão tomar novos empréstimos? É só isso. Agradeço a sua gentileza. Muito obrigado.

O Sr. Marcus Pestana - Agradeço, em primeiro lugar, as palavras elogiosas. O Amílcar foi um grande companheiro de Governo e de luta política, porque devemos fazer política estando ou não no Governo. Eu tenho compromisso é com as causas que abraçamos e com o PSDB, como partido programático. Portanto, estando na Oposição ou na Situação, seremos sempre fiéis. E o Amílcar é um companheiro de longo tempo.

Com relação a esse assunto de Oposição ou Situação e da presença da atual Bancada da Situação, gostaria de dizer que, também no processo de transição, que tive o orgulho de operar, ela foi extremamente cordial. Tive o melhor contato com o Secretário Henrique Hargreaves. Tudo o que solicitava era atendido na mesma hora. Não houve dificuldade, exceto com um Secretário. Houve um ruído, mas foi apenas por causa de estilo. Mas, com o restante da equipe, se eles diziam: "Queremos conhecer a COMIG", uma hora depois a visita estava marcada. Se diziam: "Queremos ir à COPASA", uma hora depois a visita estava marcada. No apagar das luzes, recebi o Secretário Manoel Costa em meu gabinete, passei-lhe todos os documentos, inclusive um que está aqui, que é o balanço do nosso Governo. Tudo foi cordial, exceto com um Secretário, por questão de estilo, talvez por ele ser mais agressivo ou mais entusiasmado. Mas, com a equipe em geral e com o coordenador da transição, Henrique Hargreaves, por quem tenho o maior respeito e amizade, tudo se deu cordialmente. Ele é de Juiz de Fora, e eu conduzi o meu mandato de Vereador tendo por modelo o desempenho do pai dele, Raimundo Hargreaves, que era um emblema na Câmara de Juiz de Fora. Todo o mundo cultuava muito a sua experiência, e eu não vejo motivo para que o pessoal não esteja aqui, no Plenário. Então, no processo de transição, é preciso manter esse diálogo, mesmo que seja duro. A sociedade vai ganhar com isso.

Sobre o décimo-terceiro, que foi a primeira questão levantada, acho que não podemos brincar. O mercado e a sociedade estão levando o assunto a sério. Em Brasília também estão levando o assunto a sério. Então não podemos ficar brincando muito, não. Acho que fica muito confusa essa questão de brincadeiras e ironias, piadinhas para a imprensa. Mas, quanto ao décimo-terceiro, primeiro, há compromissos institucionais. Isso é monarquia absoluta. Quando um monarca absoluto, lá na Inglaterra, introduziu um limitador, que foi a Magna Carta, isso foi feito porque o jogo tem que ter regras. Do contrário, ao seu bel-prazer, que é a flutuação conjuntural política, a situação viraria uma bagunça, ninguém confiaria em ninguém. Então existem leis, existe a Constituição, que está acima de todos, existe o jogo institucional. O Governador Newton Cardoso deixou todo o décimo-terceiro para o Governador Hélio Garcia, e a transferência se deu em março, não em dezembro. Ele teve três meses de um ano para acertar, quando entra a receita concentrada.

Há uma coisa que desmorona, e aí dou meu relato pessoal: eu já havia entregue meu 13º salário para as calendas. Se fosse na época do Governo Eduardo Azeredo, seríamos os últimos a receber, o que é muito justo. Quando fui ver meu extrato bancário, havia recebido meu 13º salário. Estou falando abertamente. Isso prova que o compromisso é institucional e não de um governo ou outro. Isso é correto. No nosso período, seríamos os últimos a receber. Pagávamos sempre, na nossa escala de pagamento, primeiro os de baixa renda, porque precisavam do dinheiro antes. Era um critério social-democrata, de justiça social. Vamos liquidar essa questão: o compromisso é institucional do governo. Ouvi falar agora que o atual Governo vai pagar o décimo-terceiro em 24 meses. Gostaria de estar aqui, porque conversei muito com o Renato Barros, com a coordenação sindical. Acho que eles deveriam ficar mais atentos. Gostaria de fazer aqui algumas continhas breves. O IPVA corresponde a cerca de R\$150.000.000,00. Sempre o usamos para pagar o décimo-terceiro. E entraram R\$850.000.000,00. Imaginem que a arrecadação do IPVA tenha sido R\$150.000.000,00. Faltam ainda entrar os dividendos da CEMIG, que correspondem a cerca de R\$30.000.000,00. E há aquele recurso que foi falado aqui, de R\$40.000.000,00, R\$50.000.000,00, remanescente do BEMGE e apropriado pelo Tesouro. Então, são 150, mais 50, mais 30, que dão 230. Existe ainda um contrato da AÇOMINAS. Não sei se os senhores sabem disso. Foi feita uma negociação, o Estado vendeu sua participação acionária, mas destinamos isso, através de convênio, ao Instituto da Previdência dos Militares. O contrato ficaria lá e geraria um fluxo, a fim de fazer frente às despesas previdenciárias do órgão. Esse contrato foi monetizado a valor presente e deve ter dado em torno de R\$50.000.000,00. Então já estou falando aí de R\$280.000.000,00. Há dinheiro extra, dava para pagar o décimo-terceiro. Em Juiz de Fora a gente vive isso também. Espero que o PMDB não importe isso para Belo Horizonte. Eles dão nomes às folhas. Por exemplo, se a folha está atrasada, nos meses de setembro e outubro, dizem que está em dia, porque pagaram janeiro e fevereiro. Nunca vi isso, porque há um fluxo permanente. Se há inadimplência, não adianta você apelidar. Não dá pra falar que vai pagar metade do décimo-terceiro este ano. Isso é jogada de "marketing". Estou olhando à distância, mas conheço um pouquinho sobre a estrutura das finanças públicas do Estado de Minas. O IPVA sempre ia para o 13º. Essas outras fontes de recursos alternativos ajudavam.

Deputado Amílcar, sobre o custeio, vou dizer o seguinte: a receita de Minas é dividida em recursos vinculados e recursos livres. Ela é de R\$7.500.000.000,00. Os recursos vinculados equivalem a R\$1.500.000.000,00. É carimbado. Estou só naquela parcela de R\$6.000.000.000,00. Na verdade, tirando o FUNDEF, em 1998, que é receita, como Minas já gastava muito em educação, não foi indiferente do ponto de vista das despesas; raciocinando com a receita líquida do Tesouro, tivemos uma despesa de custeio que caiu nominalmente.

Ela foi de R\$756.000.000,00 em 1995; R\$735.000.000,00 em 1996; R\$709.000.000,00 em 1997 e R\$672.000.000,00 em 1998, com uma inflação, no período, de 40%. Estou falando aqui de queda nominal quando a inflação está crescendo. Todo o setor técnico da Polícia Militar falava para nós que estava chegando no osso, que não tinha mais onde cortar. Toda vez que operávamos corte de custeio, esbarrávamos nas polícias, na educação, na saúde e na máquina de arrecadação, além dos outros Poderes, que por serem independentes, não podemos cortar, temos de cumprir o duodécimo. Então, quando se fala em corte de 50% do custeio há uma tensão interna, que é normal no Governo. O órgão, lá na ponta, tentando defender a sua posição; de certa forma, ele joga para tentar acomodar a situação. Às vezes, atrasa contas obrigatórias, como contas de luz, aluguel, etc., e gasta nos programas. É claro que, se o Governo está parado, o gasto de custeio cai. Mas o que é custeio? É gasolina para a PM, é a alimentação dos presos, é remédio, é papel para as escolas. Eu administrei pessoalmente isso na Junta de Programação Orçamentária, recebia todos os dirigentes estaduais. Quero discutir isso quando sair o balanço de 1999, em 2000. Não tenho acesso a detalhes da execução, isso só é possível quando fecha o exercício. Por exemplo, se você não empenha a receita, mas represa um passivo escondido, em dezembro todo mundo apresenta a conta: "Olha, temos de correr atrás das despesas que não foram empenhadas". Aí, você libera o orçamento, executa e volta ao patamar normal. Preferia discutir o custeio no ano que vem, no final do primeiro trimestre. Implantamos o CIAF, que é um sistema confiável, que lança tempestivamente as despesas e as receitas. Espero que isso não bagunçe, que não haja manipulação. Tenho certeza de que não. Mas nunca escondemos que ele é fundamental para acompanharmos as finanças públicas. E nunca manipulamos dados contábeis. Então, quando tiver o balanço do ano que vem, volto à questão do custeio. Tenho certeza de que não haverá o propalado corte de 50%, a não ser que se paralise o Governo totalmente, que se mande o pessoal para casa para não fazer nada. E aí o povo mineiro não vai ter serviço público.

Por último, vou falar sobre a dívida de curto prazo. Nunca escondemos que havia um "déficit" mensal. Entreguei ao Presidente os artigos que escrevi. Houve um desequilíbrio estrutural. Não houve os instrumentos, porque as reformas constitucionais foram postergadas. É claro que, em países como a Alemanha, a reforma previdenciária levou nove anos para ser discutida. Só que a Alemanha não tem pressa, e o Brasil tem. É claro que o processo parlamentar de decisão é complexo. O País avançou muito, mas se a reforma previdenciária viesse em 1995, a história seria outra. Nunca escondemos isso. Eu e o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças à época, que está aí, discutimos isso abertamente muitas vezes. É claro que se acumula um passivo de curto prazo. A dívida de longo prazo já equacionamos, está em bom leito; se não fizerem marola, se não politizarem essa questão, se não romperem o contrato, essa questão estará resolvida definitivamente. E o Governo Federal está fazendo concessões, a base de receita mudou o conceito, está dando alívio para os Estados. Isso não se fala na negociação liderada pelo Presidente Fernando Henrique e pelo Ministro, coordenador político, Pimenta da Veiga, além das Comunicações, que lideraram uma reunião com todos os Governadores, menos o de Minas. Agora, haverá alterações no FEF, na base de receita, e o contrato é sustentável, de longo prazo. Na dívida de curto prazo, eu quero ver o balanço. Parece que ele já vai ser publicado. O Miguel Martini é um especialista. Vocês podem conversar com ele depois; o que ele falar, eu assino embaixo. E tem gente muito competente nesta Casa.

Nunca vi isso. É falar meia verdade. Fala-se do passivo, e não do ativo. Vocês verão lá, no balanço. Eu tenho um relatório de 31 de dezembro. Antevendo isso, fui lá, no último dia de nosso Governo, pedi um relatório à Fazenda e à PRODEMGE, porque sabia que essa cealuma ia se instalar. Eram dados provisórios. Então, não tenho um número perfeito. Você tem, de um lado, o exigível de curto prazo, mas tem disponibilidades do outro. Então, só fala dos 3.300 aqui, e não se fala dos 600. E contabilidade, como sabe o nosso especialista, é partilha dobrada, senão fura a lógica da contabilidade pública e privada.

Eles falam dos 3.300 e não falam dos 600, 500, sei lá quanto vai registrar o balanço. Tem o exigível de curto prazo e as disponibilidades. Procurem esse dado no balanço. Eu nem conheço o balanço, tenho um relatório preliminar, que teve correções posteriores. Desses 3.300, 1.200 são débitos com os institutos de previdência, que, com base em lei desta Casa, foram alongados para 30 anos. São débitos complexos. É complexa a natureza desse débito. Já discuti aqui, porque há uma compartimentação da previdência em Minas que dificulta a exatidão.

Temos que esquecer Eduardo Azeredo, esquecer Hélio Garcia, Itamar Franco ou Newton Cardoso. Trata-se do poder impessoal, porque previdência tem de ser raciocinada com 50, 100 anos. Temos de esquecer os Governadores. Temos de pensar numa relação servidor-contribuinte, servidor-sociedade, que é quem paga imposto. Há uma compartimentação. A conta maior fica no Tesouro, que é de aposentadorias, que dá R\$2.000.000.000,00 por ano. Há uma outra conta compartimentada, porque a estrutura, historicamente construída de pensões e saúde, leva uma coisa entre R\$200.000.000,00 e R\$300.000.000,00. A outra é de R\$2.000.000.000,00, que é toda honrada pelo contribuinte e parcela pela contribuição introduzida.

Todo o sistema previdenciário é justo, se há um padrão de financiamento. A social-democracia, que criou a previdência na Europa para proteger os mais pobres, pressupunha que as faixas de renda mais altas acumulavam poupança e patrimônio durante a vida e que, portanto, a previdência tinha de proteger os mais pobres.

Nós construímos uma previdência maluca no Brasil, cheia de distorções e privilégios. E está em crise. Temos de jogar fora essa poeira ideológica e política e discutir o problema.

Então, Deputado Amilcar, desta conta de 3.300, 1.200 são de gastos com previdência já negociados com os institutos para 30 anos. Então, não é dívida de curto prazo. Além de tudo, contabilmente o Deputado Miguel Martini pode atestar, existe uma diferença, que é uma tecnicidade importante, que é o seguinte: a diferença entre competência e caixa. O salário pago em janeiro é contabilizado em dezembro. Deputado Amilcar, é fundamental esta questão.

No fluxo normal da vida, o calendário gregoriano da administração pública não tem que ver com o calendário eleitoral. Então, o salário pago em janeiro, relativo, por competência, a dezembro, está nessa conta. Desde que o mundo é mundo, nessa crise financeira que vem sendo acumulada pelo Estado, você paga o salário com a receita do próprio mês. Então, abatendo aqui de 3.300, você abate a disponibilidade de 600, a folha de pagamento de 400 e mais 1 bilhão e 200, equivalente à dívida de longo prazo, que tem de ser questionada mais profundamente. Há um desequilíbrio, não do Governador Eduardo Azeredo, de Itamar Franco ou de Newton Cardoso. Há um problema sistêmico, estrutural, um desequilíbrio. Trabalhei muito nisso e acabei me especializando. Em termos reais, esse número vira 1 bilhão e 100, dos quais 300 são para fornecedores.

Mas vivemos sempre assim, criando alternativas. Ocupamos cargos no Governo para governar, para trabalhar, para criar soluções. Vamos aguardar o balanço dessa manipulação de dados. Há técnicos muito bons espalhados por toda esta Casa que entendem muito do assunto. A Casa conta com uma assessoria de primeiro nível. O Deputado Miguel Martini, entre outros, pode atestar o que falo.

O Deputado Hely Tarquínio - Quero agradecer a presença do ilustre Dr. Marcus Pestana, ex-Secretário do Planejamento, que nos brindou com sua exposição, mostrando a situação de Minas Gerais, fazendo um balanço e apontando as perspectivas para o futuro. Dr. Pestana é um homem técnico de carreira política e sabe ser conciliador. Começou sua fala buscando máximas filosóficas para amainar e mostrar que seu espírito de planejar Minas Gerais foi balizado filosoficamente, de forma conciliatória, política e técnica. Dessa forma, planejou, para o Governador Eduardo Azeredo e para o povo de Minas Gerais, o que é mais importante na política, uma qualidade de vida melhor. Por isso, nosso Governador pôde executar muito no Planejamento, apesar das limitações de um orçamento engessado, no que tange à vida, à saúde, à educação, à melhoria de moradia, enfim, à melhoria das condições de vida de todos nós, não descuidando dos empresários, não descuidando daqueles que são menos protegidos pela sorte.

De acordo com a filosofia da social-democracia do Presidente Fernando Henrique, Dr. Pestana nos mostra, com sua conferência, os problemas macroeconômicos que interferiram no Governo de Minas Gerais, que não foram diferentes em outros Estados, cujo norte é também o contrato de renegociação da dívida que, no art. 9º, abre uma janela de negociação todas as vezes que for necessário. Sabemos também do seu trabalho junto com nosso Ministro das Comunicações Pimenta da Veiga. Gostaríamos de nos reportar a um artigo que escreveu na "Folha de S. Paulo", que é do seu conhecimento, mostrando toda essa síntese do que vem sendo feito a partir do dia 26/2/99. O Governo não ficou dormindo. O Governo Federal, juntamente com os Governos Estaduais, inclusive os suprapartidários e os de esquerda, planejaram um pacto federativo, no bom sentido. Não sabemos se esse pacto estará de acordo com a Constituição, mas vem sendo feito um estudo da Previdência dos Estados, um estudo sobre o emprego, sobre a lei de responsabilidade fiscal, sobre todos esses problemas que afetaram e que causaram impacto e dificuldade na nossa economia diante da macroeconomia da globalização. Sei que isso é trabalho também do Dr. Marcus Pestana. Sintetizando, no fim do artigo, afirma que será feito um encontro de contas dos Estados com a União. O Governador Itamar Franco ainda vive no rancor, ainda vive a pessoa física, deixando de ser pessoa jurídica, deixando de ser Governador, na verdade, deixando de começar a trabalhar.

Ele apresentou os 100 dias de governo. Não tem como apresentar muita coisa, porque tem que fazer um estudo, cada governo tem uma forma de governar, embora, lamentavelmente, fiquemos tristes de ver que, todas as vezes que muda um governo, muda gente de mais. Isso dá problema. A continuidade na política é muito importante. Por isso, devemos reconhecer o trabalho de todos os Governadores, de todos os Prefeitos, em todos os tempos que, com os seus recursos, com boa-vontade... Todos achamos que estamos procurando melhorar as condições de vida e ajudar a construir Minas Gerais. Sabemos que V. Sa., Dr. Marcus, prestou um grande serviço a Minas Gerais. Agora, está, para o nosso gáudio, para o nosso orgulho, também no Governo Federal. É com essas palavras que gostaríamos de agradecer, então, a sua presença aqui, nesta manhã, em que pese à rebeldia da Situação de comparecer, mas isso não nos afeta, porque conhecemos o seu trabalho e estamos aqui para nos associar e somar forças com aquilo que for bom do Governo Itamar Franco, ajudando a construir a sociedade, permanentemente.

Encerraria fazendo uma pergunta a V. Sa. Somos muito questionados, e seria bom que isso ficasse nos anais da Casa. De quem seria a responsabilidade de pagar o 13º salário? Esta é uma pergunta. A outra é uma curiosidade que temos. Dizer qual a relação que existe entre o eurobônus, a construção da BR-381, a estrada que liga São Paulo a Belo Horizonte, e as ações da CEMIG. Isso seria no plano da economia, explicar tecnicamente. Seria uma pergunta. A terceira, vamos deixar até de fazer, porque estou precisando sair. Tenho de participar da reunião de Líderes. Seria com relação à venda da CEMIG, mas V. Sa. já explicou anteriormente. Então, ficam essas duas perguntas. Muito obrigado.

O Sr. Marcus Pestana - Fiquei também fazendo uma observação. Muito obrigado ao nosso Líder. Sobre novos empréstimos, o Amilcar perguntou, e, realmente, já falei sobre isso. A perspectiva é muito ruim, dado o esgotamento do endividamento que já havia anteriormente, mas o contrato da dívida menciona quatro operações de crédito. Uma com o Banco Mundial, para estradas, que seriam 2.000km novos; uma para a reforma do Estado, que daria R\$250.000.000,00, mais ou menos, que daria para pagar o 13º salário; uma do PRODETUR, que são cerca de R\$80.000.000,00, com o Banco do Nordeste; e uma com o BNDES, que é para a duplicação.

Estou vendo que eles estão aproveitando o nosso estudo, da Fundação João Pinheiro, do Prof. Clélio Campolina. Fui ao BNDES e fui eu quem o entreguei, pessoalmente, a Beatriz Azeredo, que é a Diretora da área social do BNDES. Nós fizemos tudo, e fico satisfeito de o atual Governo estar achando o projeto bom, toda a filosofia e todo o diagnóstico que fizemos do Vale do Aço e da região de Governador Valadares. Em contrapartida, isso está previsto, está assegurado no contrato, e tudo foi negociado. Tivemos uma reunião de dois dias com o Banco Mundial, em Brasília, fechando parágrafo por parágrafo, letra por letra, o contrato das estradas. A resolução do Senado proibiu que prefeituras e Estados, no último semestre, contraíssem dívidas, assinassem contratos. Nós nem íamos executar as estradas, não ia haver impacto eleitoral nenhum. Estávamos fazendo o nosso papel de governar até o último momento. Só falta o Banco Mundial aprovar, o Senado aprovar e assinar o contrato. A minuta do contrato já está pronta, só que, ao fazer moratória, só que... Por exemplo, o Secretário da Fazenda bateu no peito ontem e falou que não vai pagar a próxima prestação, que vence em 2000, como diria o nosso mestre, o Governador Hélio Garcia, no exercício pleno de um gesto inútil. Então, já anunciou os credores e vai pedir crédito. Isso me lembra até uma passagem antológica do cinema brasileiro. Não sei se os senhores viram "Dona Flor e Seus Dois Maridos", com a Sônia Braga e o José Wilker. O José Wilker faz um malandro típico, boêmio. Ele morre e volta em espírito. Há o Mauro Mendonça, que é o outro marido. Então, são os dois maridos. O boêmio, obviamente, jogava muito e estava todo endividado. O banqueiro que emprestou dinheiro a ele estava reclamando com ele que o seu fiador, o avalista, não pagava, não honrava as dívidas dele.

O Mundinho, malandro do filme - que, em 1976, bateu recorde de bilheteria no Brasil, só agora superado por "Central do Brasil" -, fez um discurso interessantíssimo, quando disse: "Não se fazem mais avalistas como antigamente. Não é possível, que absurdo! O meu avalista não paga a minha dívida". Ele fez um discurso moralista. Seria interessante que esse filme fosse visto novamente, porque não existe lógica em alguém "dar o cano" e pedir novos empréstimos. É o que falei, isto é, sou malcriado, sou caloteiro, não quero relação, mas vou aí pedir dinheiro.

Então, essas quatro operações, já previstas no contrato, já trabalhadas com todas as fontes de financiamento, estão sob grave risco, pois Minas perderá uma bolada de dinheiro que iria melhorar a qualidade de vida do povo.

A respeito do 13º salário, creio que essa pergunta, feita por sindicalistas e funcionários, já foi respondida pelo atual Governo. Ao pagar o meu décimo terceiro e o de todos os Secretários, já respondeu, pois o compromisso é da pessoa jurídica, é institucional, a exemplo do Hélio Garcia, que pagou o décimo terceiro do Newton Cardoso. Havia dinheiro. Onde está o IPVA? Onde está o dinheiro do eurobônus que foi economizado? No entanto, ainda acha ruim, porque o Governo Federal pagou... Isso é fantástico, a minha inteligência não consegue captar a profundidade disso.

Agora, sobre os eurobônus. São US\$200.000.000,00. Na época, dois craques chamados Paulo Paiva e Roberto Brant, sob a supervisão do Governador Hélio Garcia, fizeram uma coisa que foi comemorada no Brasil inteiro. A moratória de 1987, feita pelo Ministro Bresser Pereira, abalou profundamente a imagem brasileira. A estratégia foi equivocada, e todos aprendemos com ela. A vida é um aprendizado. O próprio Ministro Bresser, hoje, concorda com isso. O problema é errar novamente, quando a realidade já mostrou que a linha é errada. Primeiro, foi a moratória decretada por Delfim, e depois a do Bresser. O Brasil demorou para superar o problema. Ai, Minas Gerais lançou um título soberano. O que é um título soberano? Não estava ancorado no Tesouro Nacional. Foi realizado um trabalho. Existe uma empresa especializada, que faz uma devassa nas finanças, na perspectiva do Estado, projeta e conclui que o título tem substância. Isso foi comemorado. São US\$200.000.000,00, cuja prestação era de US\$100.000.000,00, que, para um mercado de títulos europeu, é troco, não vale nada, pois o que importa é psicológico. Por exemplo, os riscos psicológicos são grandes ao se falar que um ex-Presidente da República, que hoje é

Governador do segundo Estado do País, decretou moratória e não pagou. Por que o Fernando Henrique - que não teria nada que ver com isso - correu para pagar? Porque desmoralizava tudo. Com relação aos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento - BID -, que também tiveram prejuízos referentes a algumas prestações, o convênio geral com o Brasil estabelece que, se um atrasar e o avalista não honrar a dívida, serão suspensos todos os financiamentos para a iniciativa privada e para o setor público. Então, a quebra de confiança contamina todo o sistema capitalista, que, como já disse, é feito na base de contrato, contrato social, que é feito bilateralmente, entre os agentes.

Gostaria de narrar para os senhores uma cena muito ilustrativa. No dia seguinte à entrevista do Governador a Boris Casoy, peguei um táxi para ir ao aeroporto da Pampulha. Na Av. Afonso Pena, o motorista, ouvindo a reprodução da entrevista pela Rádio Itatiaia, disse que o Itamar estava com a razão, mas agia errado, pois deveria unir-se ao Fernando Henrique e, juntos, decretarem moratória geral. Tais questões econômicas são muito áridas e complexas para quem não é do ramo.

Estou concluindo. Aí, disse que gostaria de avisá-lo que estávamos na Afonso Pena, indo em direção à Pampulha, e que não iria pagar a corrida. Chegaria à Pampulha, sairia do carro, mas declararia moratória também. Ele refletiu e me disse: "Puxa vida! Se todo mundo fizer isso, não vira uma bagunça?"

Que economia que se sustenta dessa forma? A não ser que seja uma economia centralizada, autoritária, que tenha curso forçado, que o Estado-pai substitua o mercado. Mas a humanidade já tentou esse caminho e "deu com os burros na água". Não é por aí.

Não entendi por que eles não pagaram o BID. Além de as prestações serem pequenas, não há nenhum projeto do BID em execução e nenhuma negociação futura com ele. Eles atrasaram a prestação que deveria ser paga ao BID, relativa ao Francelino Pereira, para o Noroeste, e ao Newton Cardoso, para o Jequitinhonha. As coisas têm preço. Na hora de inaugurar obra, é bonito, mas, na hora de pagar a conta, é feio. Não vi lógica alguma. Isso não tem nada que ver com Eduardo Azeredo, contrato da dívida, Fernando Henrique.

Bom, não pagaram, mas um agente do Governo de Minas foi ao BID propor a instalação de um conselho arbitral - o contrato até prevê algo semelhante, mas não isso -, com a participação da OEA. Quer dizer, isso é até motivo de... A imagem fica muito abalada. Não vou qualificá-la. Mas vira... Não pode ser assim.

A BR-381 é a única relação indireta que temos com o BID. É financiamento do BID para o Governo Federal, mas parte, metade da contrapartida, é nossa. Então, não temos relação contratual direta com o BID. O contrato é mais com o Governo Federal. Por isso não traumatizou, não deve haver problema no desembolso. O problema está agarrado, agora, na nova licitação que será feita. O DNER, junto ao DER-MG, está providenciando-a. Agora, se se declarar moratória também na BR-381, obra que deixamos em estágio avançadíssimo e que é a mais estratégica para Minas, ela pode não se concluir e até perder o passado, se se deteriorar alguma coisa.

E as ações da CEMIG? Essa discussão toda da CEMIG e essa CPI instalada fazem parte da democracia e devem existir. Mas, vejamos: "a CEMIG é dez", é a primeira do "ranking" das estaduais. Eficientíssima, tem uma burocracia técnica, assessoria técnica, todo o corpo técnico de primeiro nível. Sempre foi boa. Era muito boa e melhorou ainda mais. Colheu o seu melhor resultado em 1998. Em um outro ano, houve um lucro maior, uma rentabilidade maior, mas por conta de apropriação contábil, e não por desempenho operacional.

A sua operação é sólida, juridicamente. O Tribunal de Contas já observou. Houve um parecer da Procuradoria do BNDES, da nossa Procuradoria e a aprovação desta Casa. E duplicamos a eletrificação rural. Há, inclusive, um argumento que diz que o sócio estratégico perdeu o controle da área social, mas duplicamos a eletrificação rural. Pelas pesquisas, a satisfação dos clientes aumentou. O preço de venda foi o triplo do preço da Bolsa. Um dos aspectos em que esse processo pode ser criticado é que vendeu mal. Quem for por esse caminho vai se estrear, porque essa foi uma das operações mais exitosas que já ocorreram. Portanto, a CEMIG ficou ainda melhor.

Há uma tendência. O setor público esgotou a sua capacidade de endividamento e de investimento. Está muito limitado. O País precisa crescer. Se tivéssemos taxas de 5%, 6%, 7%, 8% de crescimento do PIB ao ano, haveria blecaute em vários Estados, haveria estrangulamento. Então, é preciso trazer a parceria privada, sim. Isso é um "alavancador". Faz crescer, aportar a tecnologia, o capital, e traz outros investimentos americanos e internacionais.

Temos que acabar com essa xenofobia e ser civilizados. O Djalma é um cara super-habilidoso, uma pessoa que já ocupou vários cargos importantes em empresas públicas e vai tirar isso "de letra". Não podemos ficar criando "marolas", porque, senão, nos Estados Unidos as pessoas especializadas vão ficar achando que Minas é rebelde, que as pessoas daqui não tratam bem as de fora.

É como aquela situação em que uma pessoa te chama para tomar um cafezinho e fica te xingando, falando mal dos seus parentes, da sua família. Não tem jeito.

Há uma tendência geral de privatização do setor elétrico.

É preciso acabar com as amarras no setor público. Nem tudo que é estatal é público, nem tudo que é público tem que ser estatal. O Estado moderno tem papel regulador. O serviço continua público, mas pode ser operado pela iniciativa privada. Temos exemplo de êxito nisso em Belo Horizonte, com a cessão pública de transporte coletivo. Não funciona razoavelmente? Claro que tem problemas, mas tudo tem problema. A vida é feita de problemas, caso contrário não teria graça. Afinal, o que teríamos a fazer, se eles não existissem? Estamos no mundo para resolver problemas, e o Governo, então, muito mais.

O Deputado Bilac Pinto - Dr. Marcus Vinícius Pestana, ex-Secretário do Planejamento e atual Chefe de Gabinete do Ministério das Comunicações de Brasília, é um prazer tê-lo aqui conosco. Peço-lhe desculpas pela ausência dos Deputados Paulo Piau e Hely Tarquínio, Líderes do PFL e do PSDB, que tiveram que participar de uma reunião de Lideranças.

Serei objetivo em minha pergunta: recorde-me bem de que, no início do Governo Eduardo Azeredo, foi apresentado à sociedade o PMDI, programa cuja execução todos os mineiros aguardaram com expectativa, pois, afinal, mostraria a que veio o Governador e o que seria feito nos quatro anos seguintes, em Minas Gerais.

Ontem, tendo sido completados 100 dias do Governo Itamar Franco, que balanço o senhor, que participou da equipe do Governo Eduardo Azeredo, poderia fazer desse início de mandato?

O Sr. Marcus Pestana - Nos países democráticos do mundo inteiro, é civilizado a Oposição dar 100 dias - número cabalístico - ao governo iniciante, para que ele se ajuste. É natural. A equipe precisa acomodar-se, estruturar-se, arrumar a casa.

Nada me demove da idéia de que Governo é feito de boas idéias, capacidade gerencial e dinheiro. Quando se tira o foco disso, vem a preocupação. O foco errado é preocupante. Politizar questões técnicas, por exemplo, é temerário.

Volto a dizer: gosto muito do Governador Itamar Franco. Narrei aqui coisas que as pessoas provavelmente não sabiam. Uma delas é que meu pai o sucedeu na Prefeitura de Juiz de Fora.

Encaro a política como luta de idéias, e não de pessoas. Apoiei Itamar Franco e Tancredo Neves para o Senado e Tarcísio Delgado para a Prefeitura. Em 1982, meu pai foi candidato pelo PDS, e eu, pelo PMDB, em voto vinculado. O "Fantástico" até fez uma entrevista com minha mãe, perguntando-lhe em quem ela ia votar, se no marido, se no filho. Tal é minha visão de política: nada personalista.

O Governador Itamar Franco tem sensibilidade social, tem uma intuição política admirável, enfim, é uma pessoa séria. O que acho é que está mal-assessorado. Gente que não é do ramo está dando palpite e coisas do tipo.

Torço, como mineiro, por que tudo dê certo. Sempre li sobre a política italiana, modelo que admiro muito. O Partido Comunista da Itália foi o que mais se modernizou na área da

esquerda e, com 25% a 35% dos votos, tinha um peso decisivo no parlamento. Chamavam-se de "Partido de Oposição e Governo", porque tinham o diagnóstico de que, fazendo oposição, ajudava-se a governar.

A contribuição que podemos dar a Minas é a crítica, pois ela é o maior dos elogios. O Governador é muito experiente. Foi Presidente da República, é o maior quadro político que Juiz de Fora já gerou. Tenho admiração por ele, mas, reitero, está mal-assessorado.

Nesse plano de 100 dias devem-se cobrar realizações, mas o mais preocupante é a perspectiva política. O foco está errado, o diagnóstico econômico está errado, a confusão está instalada, porque é um Governo muito heterogêneo. Deve-se fazer um Governo de frente, mas, quando começa a faltar pão, todos brigam, e ninguém tem razão. Quanto mais heterogêneo, mais difícil é arbitrar. Há muito jogo de cena, há muita manipulação. Acho que ele está mal-assessorado.

O problema central é a imagem de Minas para os investidores internos, para o Governo Federal, para os investidores externos. Isso não tem preço. O que está ocorrendo é um desastre, mas tenho esperança, tenho confiança, porque tenho tantos amigos no meio itamarista. Tenho confiança em que vai baixar o espírito de JK, o espírito do Tancredo, o espírito conciliador de Minas e acharemos novamente o rumo.

Algumas pessoas estão soprando idéias. Há pessoas qualificadas e experientes e outras nem tanto assim. Algumas pessoas têm uma visão ruim da realidade, uma visão de confronto, meio golpista e aventureira. Tiradentes brigava por Minas, pensando no Brasil. Será que temos de atuar no confronto, quando o País começa a retomar o caminho, depois de duas crises internacionais sérias? O dólar está caindo, a inflação, contra todas as apostas, está indo para um nível de 10%, a retomada do desenvolvimento é viável. O pacote de investimentos na área de telecomunicações, na qual estou lidando, é fantástico. Há problemas graves, mas há soluções e perspectivas.

Acho que Minas apostar no confronto, neste momento, não honra a história de Minas nem é a perspectiva correta.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro amigo Marcus Pestana, ex-Secretário de Estado do Planejamento, não lhe farei nenhuma pergunta, quero apenas cumprimentá-lo e dizer que fico feliz e contente ao ver um jovem político, técnico, e que dedica a sua vida ao serviço público de Minas e do Brasil.

V. Sa. disse que tem esperança e confiança, porque existem muitas pessoas boas e dedicadas ao serviço público. Pessoas como V. Sa. com as quais tive o privilégio de conviver e cuja dedicação, o entusiasmo e o esforço para achar soluções para a nossa comunidade e para o nosso Estado, o que nem sempre é fácil, pode ver.

Gostaria de parabenizá-lo pela dedicação, pelo entusiasmo, pelo esforço que presta ao colaborar no serviço público de Minas, e hoje, no serviço público do Brasil. É um prazer enorme reencontrá-lo, neste início de tarde na Assembléia Legislativa.

O Sr. Marcus Pestana - Quero agradecer as palavras do Deputado João Pinto Ribeiro e tomar a liberdade de usá-lo como exemplo nesta discussão de hoje.

O setor público deve estar afinado com as perspectivas da população e ter noção de prioridade. A continuidade administrativa é fundamental, ainda que se possam fazer críticas aqui e ali.

O Deputado João Pinto Ribeiro criou um programa fantástico, que ganhou prêmio, chamado Curumim, no Governo Hélio Garcia. O Governador Eduardo Azeredo pegou a boa idéia - porque volto a dizer, imitar boas idéias é sinal de inteligência, não é preciso inventar a roda a toda a hora -, e não só manteve o Secretário na equipe, como também aprofundou o Programa Curumim, dando-lhe prosseguimento. Deu chance ao Secretário, que tem grande preocupação com a criança carente, de erguer um novo programa para outra faixa de idade, que é o Toriba.

Fiquei satisfeito hoje, lendo o "Balanço de 100 Dias", porque o Secretário Ivair Nogueira, Secretário de Esportes, disse que o Toriba continuará. Isso mostra que, por trás de toda essa celeuma, as boas idéias sobrevivem. Faça aqui, então, a minha homenagem ao idealizador e condutor desses dois grandes programas, que são o Curumim e o Toriba.

O Deputado Miguel Martini - Queria cumprimentar o companheiro e amigo Marcus Pestana, fazer minhas as palavras do Deputado João Pinto Ribeiro e reconhecer que a sabedoria é um dom concedido a jovens também. Quero elogiar V. Sa., não só pelo conhecimento técnico, mas pelo idealismo e pela competência em tratar dos assuntos públicos, de modo especial nessa área de planejamento e contabilidade, que são fundamentais no setor público. Quero agradecer-lhe os não merecidos elogios que V. Sa. fez à minha pessoa e dizer que apenas somos interessados em cumprir bem o nosso papel de homem público, político e parlamentar.

Quero dizer que o fato de a antiga Oposição não ser mais a mesma e de governistas e petistas não estarem aqui é sinal de que nada tinham a questionar, a não ser criar celeuma, criar fatos políticos e lançar uma cortina de fumaça para justificar a incapacidade de apresentar coisas concretas no seu período de governo.

Quero até registrar que ontem à tarde, na reunião conjunta em que se discutia a questão da PM, fiquei bastante decepcionado com o PT e percebi que, talvez pelo fato de agora estarem apoiando - há agora os itamaristas e os neoneotistas - o Governo, estão mudando a sua maneira de proceder. O discurso deles foi sempre de que se deve debater à exaustão todas as questões. E ontem - pasmem os senhores -, o PT não quis aprovar um requerimento que propunha o debate e que possibilitaria a vinda de todas as pessoas envolvidas, policiais, oficiais, as classes representativas, a OAB, para discutirem essa questão que indevidamente foi trazida para a Assembléia Legislativa. Querem que votemos sem discutir essas questões e se recusaram a discutir e a aprovar esse requerimento. Está me parecendo que a mudança está muito radical. Fico triste e preocupado com isso, porque acho que eles estavam na linha certa, mas parece que agora já não são os mesmos, já não querem debater as questões. Eles discutiam conosco sempre que se queria aprovar alguma coisa a toque de caixa e agora querem que aproveemos a toque de caixa. Preocupa-me, então, o fato de eles não estarem aqui para possibilitar, até mesmo, o contraditório, mas talvez seja até por reconhecerem que as coisas foram feitas da maneira correta.

Dito isso, repito que estou extremamente preocupado. Devo ressaltar que concordo com V. Sa. Acho que o Governador Itamar Franco é um político preparado, honesto, íntegro e que tem boas intenções. Talvez pelo fato de estar viajando bastante, esteja sendo mal assessorado na condução desse Governo. Preocupo-me com o balanço de 100 dias porque não havia nada de novo, nem a propalada reforma administrativa chegou a esta Casa para ser discutida. Para onde será que vamos? Que tipo de política econômica, social, administrativa e industrial teremos. Qual é a proposta de Governo? Nem o novo orçamento chegou aqui.

Então, isso me preocupa sobremaneira. A respeito daquilo que V. Sa. disse, eu tive a oportunidade, em fevereiro, de estar no Banco Mundial, no BID e em outros encontros também. O Banco Mundial tem uma característica diferente, V. Sa. sabe disso. O Banco Interamericano só empresta alguma coisa para o Estado através do Governo Federal. Mas o Banco Mundial, não. Ele empresta para os Estados, diretamente, independentemente de passar, ou não, pelo Governo Federal. Eles nos chamaram e pediram-nos para explicar a situação. Quando eu lhes disse que tínhamos recebido prêmios pela melhor educação, eles disseram aos outros que estavam participando da reunião: "Nós reconhecemos isso. Nós sabemos disso. É verdade". Minas teve investimentos na área da saúde, não agora, mas, no passado, com um crescimento na média nacional. Então, eles me perguntaram o que estava ocorrendo com Minas. Eu lhes disse: "Talvez o Governador ainda não tenha as informações corretas ou exista alguma coisa política".

Registro aqui também, e sei que V. Sa. vai discordar, que, se o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tivesse feito o que fez e tivesse pensado mais no Brasil, em vez de pensar em sua reeleição, Minas Gerais estaria muito melhor. O grave problema causado em Minas Gerais não ocorreu pelo Governo Eduardo Azeredo. Foi pela política macroeconômica do Governo Federal. Tudo poderia ter sido diferente, se as reformas pelas quais o País tanto clamava, e Minas também, tivessem sido feitas. E elas não foram feitas.

Agora, eu estou extremamente preocupado porque participei, na terça-feira, de um debate, no IPSEMG, sobre a questão previdenciária. Fui indicado para representar a Assembléia Legislativa junto a esse grupo que o Governo montou, para discutir a questão previdenciária em Minas Gerais. Como V. Sa. muito bem disse, não dá para fazer mágica com os números da administração pública. Eles são reais. Se concordarmos em que os instrumentos de planejamento precisam ser revistos, que a lei de orçamento precisa ser revista, que o PPAG precisa ser revisto, etc., e, principalmente, que o orçamento público precisa ser revisto, espero que leve essa proposta ao coordenador político, uma vez que V. Exa. o está assessorando, para ver se consegue aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 35 no Congresso Nacional, que muda a Lei nº 4.320 e que nos dará instrumentos para que a Assembléia Legislativa e toda a sociedade tenham um melhor controle sobre o orçamento público, talvez até extinguindo por completo essa questão de "restos a pagar". Talvez até o fato de terem criado essa expressão permita que se faça isso: criam uma máscara, uma cortina de fumaça, fingindo que estão economizando. Depois é só jogar tudo em "restos a

pagar", e ninguém paga coisíssima nenhuma. Iniciam um orçamento como se não estivessem devendo nada, colocando "x" de déficit do Governo anterior.

Então isso é uma questão, mas, quando se fala em receita e em despesa, não dá para fazer muita mágica. Os números não podem mudar. Dizer que "eu cortei 50% no custeio" é quase impossível. Minas Gerais vive a seguinte situação: temos déficit de policiais militares. Temos em torno de 42 mil e precisamos de mais. Então não temos excesso de pessoal militar. A segurança pública é feita com pessoas. São homens e equipamentos, mas fundamentalmente homens. Quanto à educação, temos também déficit de profissionais dessa área. Então aí também não tem como reduzir; é preciso aumentar.

Na área da saúde também não temos como reduzir. Precisamos aumentar um pouco mais, porque a exigência é sempre maior. Ora, como é que vamos resolver esse problema? O grave problema de Minas Gerais está exatamente na questão da Previdência. Estamos gastando 27% da receita líquida com a Previdência. E, a cada ano, há um acréscimo de 2%. Trinta e sete por cento da folha de pagamento, se eu não estiver errando os números, são gastos com a Previdência. Ouvi da Procuradora do Estado em uma palestra - aliás, ela é muito brilhante, é muito competente nessa área -, a defesa de que continuemos a pagar a Previdência com recursos do Tesouro. Ela defende que o Estado de Minas Gerais deve continuar honrando seus compromissos com a Previdência e mais, acrescentar, ainda, alguns ganhos ao servidor. É claro que queremos dar ganhos para o servidor, mas onde é que empata essa matemática? Onde está a lógica desse raciocínio? Sabemos que, se não fizermos alguma coisa, em tese, chegaremos a 50%. Isso significa dizer que, pela projeção, daqui a pouco não teremos nenhum funcionário trabalhando e estaremos gastando 100% da nossa receita com a folha de pagamentos da Previdência.

E onde estão os recursos para investimentos públicos? A questão previdenciária é gravíssima. Há uma série de portarias inconstitucionais, mas há que se buscar uma alternativa para a questão previdenciária. Se não me engano, ela discorda que seja com a criação de um fundo. Fico me perguntando como vamos resolver esse problema. Qual é a expectativa, se uma técnica do Governo defende uma tese dessas? Quando é que vamos sair dessa situação? Acho que o perigo maior é destruir um trabalho, destruir uma boa imagem criada. Depois, não se sabe quanto tempo vamos precisar para recuperá-la. Fico abismado, porque vi aqui a Oposição, o PMDB e o PT dizendo que não se poderia mexer na COPASA. Agora querem vender 49% das ações. Vemos a mesma coisa acontecer, ou seja, fazerem a mesma coisa que fez o Governo anterior.

Gostaria de agradecer, Dr. Marcus Pestana, sua presença nesta Casa, bem como parabenizá-lo pelo seu brilhantismo.

O Sr. Marcus Pestana - Muito obrigado pelas palavras dirigidas a mim. Em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar com essa questão do PT. Tenho uma trajetória que vem do movimento estudantil. Gostaria de estar aqui discutindo com esses companheiros. Vejo um enorme papel para o PT na democracia brasileira. O Lula está amadurecendo a olhos vistos. É um grande interlocutor, não aceitou o patrulhamento, conversou com o Presidente, não aceitou que o Brizola ficasse na sua cola, enfim, é uma pessoa que está crescendo cada vez mais. Foi um grande líder operário e hoje se transforma num grande líder político. Tenho enorme identidade com o processual. Em termos de teoria e conteúdo, temos muitas diferenças, mas em termos de processo, como tenho origem de esquerda, nos identificamos em muitos pontos. É uma pena. De repente muda-se a postura. Tive a maior paciência no seminário de organizações sociais, no seminário da Previdência, agüentando até desaforos. No seminário da Previdência fiquei o dia todo aqui, almocei com os sindicalistas. Agora eu gostaria de estar aqui.

Quanto à crise, sempre tivemos uma saudável divergência. Por exemplo, meu amigo Miguel Martini tem uma visão diferente da economia. Isso é bom. Acho que a economia brasileira passou por dois testes muito grandes, com a crise asiática e com a crise asiática e com a moratória russa. Houve uma turbulência, mas o Plano Real, em termos de estabilização, foi a mais genial transição da história mundial, como também o foi em termos de desindexação e da saída da porta da imperialização. A demagogia barata é que cria isso, mas sei que o Deputado não concorda com isso. O desafio da inflação era essencial. Falar em crescimento sustentado e distribuição de renda com inflação alta é mentira, é demagogia, é populismo barato. O primeiro foco tinha que ser o combate à inflação. O Plano Real esteve sob ameaça, mas a perspectiva é boa. Há espaço para crescimento. O problema foi a questão de decisão. Não é fácil mesmo mudar o processo de reforma constitucional. Não "absolutizo" tanto a questão da reeleição. Acho que ela teve um papel importante, mas acho que o Congresso poderia ter operado. É difícil mesmo, porque existem os jogos de interesse, as corporações, os interesses particulares, que se organizam para combater. Agora, o interesse geral da sociedade é uma coisa difusa e não se organiza. Temos, agora, a questão dos Juizes classistas. Uma questão particular agrega as pessoas. É possível que os Juizes classistas façam uma grande mobilização e vão lá dar um "cascudo" na cabeça de Deputados que votem contra. O interesse geral é uma coisa abstrata. Ele não se organiza para ir lá e falar: nós não queremos os Juizes classistas. Então as Casas parlamentares têm o enorme papel de traduzir esse interesse geral, que é difuso, que não é organizado. Só queria chamar atenção, porque o contraditório, nessas questões das reformas, é que esses setores que falam que a coisa está ruim porque não houve reformas são contra as reformas. Há determinadas coisas que a lógica não me permite entender. Está certo, foi atrasado o processo de reforma, a reeleição pode ter influenciado um pouco, o Congresso tem seus mecanismos, enfim, não é fácil. Falei aqui da Alemanha e de outros países que fizeram mudanças previdenciárias. A reforma do Estado na Inglaterra está sendo operada há 12 anos, e Tony Blair continua agora, mas a diferença é que o Brasil tem pressa. Ele não pode ser comparado a outro. Outro dia, um Deputado, no Congresso, usou esse argumento, e aí eu lhe falei que a única diferença era que o Brasil está com pressa. Não temos as condições que a França, a Alemanha, os Estados Unidos têm.

O que me chama a atenção na discussão macroeconômica é que o senhor reivindica, legitimamente, essa questão das reformas, ao passo que outros, que falam que as reformas não foram feitas, na hora em que são colocadas em votação, são contra. Realmente, a minha inteligência não alcança determinadas lógicas.

A Previdência: essa é a questão central. Deixei aqui um artigo para os anais da Casa, de 1996, chamado "A Previdência em Minas", em que faço projeções com base em estudos da Fundação João Pinheiro. Está aqui, a Mesa pode tirar cópias para quem se interessar. Ele adverte para o problema. Olhem, sou social-democrata, tuano, do PSDB, e quem criou o sistema previdenciário foi a social-democracia. Havia a alternativa de 1917, do socialismo, da Revolução Russa, e o liberalismo anterior. A própria realidade do movimento sindical, a luta do movimento sindical na Inglaterra, na França, na Europa, criou o estado do bem-estar social, que foi a tradução da social-democracia. Todo o sistema previdenciário é justo. Temos que tirar esse ruído ideológico político. É claro que existe uma escala valorativa filosófica por trás, mas há uma hora em que se chega à Previdência e é preciso fazer conta. É matemática, é cálculo atuarial. Não há como se fazer omelete sem quebrar os ovos. Originalmente, a Previdência era para proteger os pobres e não para pagar aposentadoria integral de R\$15.000,00, R\$18.000,00, R\$20.000,00 ou até R\$40.000,00. Com a mudança do perfil demográfico, que se deu no mundo inteiro, hoje tudo tem um custo. Já dizia Milton Friedman, em sua frase clássica, que dizem, inclusive, não ser dele - se a Oposição estivesse aqui já ia me chamar de neoliberal -, que "não há almoço grátis". Tudo é justo, a sociedade tem que discutir isso. Quais os serviços públicos, quais os direitos que vamos garantir e como é que se pagam, como é que se financiam eles?

Sugiro, por exemplo, que as ações da COPASA-MG sejam revertidas para o fundo, porque é solução de longo prazo. Vamos capitalizar o fundo com o ativo do Estado e promover ajustes. Essa era a nossa idéia, que estava no nosso programa de Governo, que está no acordo da dívida como solução fiscal de longo prazo. Mas, não adiantava fazer isso antes, sem fazer a reforma da Previdência. Então acho que o debate é muito importante. Tem que trazer todo mundo, sim, com relação a essa questão da Polícia Militar e outras. Tive o maior prazer em vir aqui polemizar.

Nessa questão dos cálculos previdenciários, acabei me especializando um pouquinho nisso, sem uma formação específica. Mas, no Governo, contratamos a Fundação Getúlio Vargas e o Banco do Brasil. Nós e a Secretaria de Administração convivemos com isso. E o que vimos foi que não há almoço grátis. É preciso mudar. Ou se aumenta a receita, a contribuição, ou se cortam benefícios, privilégios. E hoje a folha de pagamento de aposentados já consome - aí estou aumentando um pouquinho - 41% da folha de pagamento do Estado, fora a despesa com saúde e pensões, que estão nos institutos. E a projeção é de que no final do Governo Itamar Franco - houve uma correção por causa da reforma previdenciária, vai atenuar a taxa de crescimento -, em seis anos, chegemos a 50%. Então tem que haver um corte cirúrgico nisso aí. E vi cálculos, falaram em R\$17.000.000.000,00. Isso é mais do que duas CEMIGs inteiras, mais de 100% das ações, do capital social da CEMIG. Sugiro até que tragam - aqui o Sr. Francisco de Oliveira, o Chico Previdência, o maior especialista do Brasil, que fez os cálculos pelo IPEA.

No meu caso pessoal, sou funcionário federal, da Universidade, vou me aposentar no sistema público federal e contribuí quatro anos para o IPSEMG. Então, tem mão dupla essa via. Tenho uma admiração imensa por meu amigo Sylo Costa, e o Tribunal de Contas tem um papel fundamental nesse assunto. Mas eu comecei a entender um pouquinho desse assunto; há problemas. Vamos fazer esse encontro de contas, mas 17 bilhões é uma coisa. Não vou nem entrar nessa matéria; chamem o Chico Previdência.

Já me vou despedindo, avançou muito a hora, é uma pena que a Bancada da Maioria não estivesse aqui para ouvir pequenas considerações e reflexões. Penso que eles podiam achar que sou como aqueles 10% da razão, mas eu ia crescer com o argumento deles, e eles, provavelmente, cresceriam um pouquinho com esses 10% da razão que porventura eu pudesse ter.

Nesta coisa toda, realmente o que importa é que tenho confiança de que o Governador Itamar Franco vai corrigir a rota, tenho esperança como mineiro. O Presidente Fernando Henrique e o Ministro Pimenta da Veiga já acenaram várias vezes, a porta está aberta. É necessária a parceria que está sendo feita, pois a realidade é mais forte do que qualquer coisa. São importantes a cultura, a reforma agrária, a área de saúde. Tenho muita preocupação, principalmente com a imagem de Minas. A imagem institucional é essencial para os investimentos, para a criação de empregos, para aumentar o salário dos trabalhadores mineiros. Para isso, é fundamental que haja um cenário tranquilo, de confiança. E essa era a trajetória que nós havíamos construído.

O Governo Eduardo Azeredo foi um grande Governo em várias áreas. Teve um único problema: o problema fiscal. Nós sempre falamos nisso. Ficam querendo passar a idéia de que é uma bagunça, de que não funciona. A máquina pública em Minas é uma das melhores. Isso quem me falou foi a Cláudia Costin, perguntando se a crise fiscal nos atrapalhou. Ela nos disse que nossa equipe de governo era considerada uma das melhores do Brasil. Quem falou isso foi Cláudia Costin, Secretária de Estado da Administração, do Governo Federal.

Realmente, o problema fiscal afetou, isso porque demos aumentos salariais significativos. Isso é importante, não fizemos arrocho. Realmente há um gasto excessivo com pessoal, que tem de ser equacionado. Temos de colocar o movimento sindical na mesa e conversar sobre alternativas com a sociedade. O interesse geral tem de estar nesta mesa. O contribuinte tem de estar nesta mesa. Eu me preocupo realmente com os fundos; acho desastrosa essa perspectiva.

Conselho a gente não dá, ainda mais eu, do alto dos meus 38 anos. Mas já dizia Paulinho da Viola: "Durante o nevoeiro, faça como o velho marinheiro, leve o barco devagar". Acho que está muito nebuloso o quadro. Quem tem maturidade, quem tem papel público tem de ir devagar com o andar e fazer como o velho marinheiro, navegar devagar.

Vamos ver se essa névoa se dissipa e se reencontramos o rumo da melhor educação pública do país, dos investimentos que estavam vindo; agora, vários estão congelados, já sendo redirecionados.

Assim como toda essa ação de Governo estava ancorada no PMDI, poucos planos funcionaram. Só o Plano de Metas e o segundo PND, o Plano Nacional, é que saíram da estante e foram para a prática. O SALT do Dutra foi mais ou menos. Mas os dois documentos mobilizadores, em termos nacionais, foram o Plano de Metas do JK e o segundo PND do Governo Geisel.

O PMDI, eu falo com o maior orgulho e sem nenhum medo de errar, foi um documento que não se destinou à poeira das estantes. Foi um instrumento vivo de mobilização, com idéias claras e que produziu um grande resultado.

Já me despedindo, para não me alongar, agradeço muito a paciência de vocês. Espero ter contribuído para a reflexão desta Casa, que é a Casa da democracia e é quem pode corrigir rumos.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a nobre presença do Dr. Marcus Pestana, que, com seus esclarecimentos, proporcionou aos parlamentares elementos para uma nova avaliação criteriosa da atuação da Secretaria de Estado do Planejamento no período em que o expositor respondeu por essa pasta. Além disso, S. Exa. prestou informações valiosas acerca do Governo Eduardo Azeredo e seu impacto na atual situação financeira do Estado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da cpi da carteira de habilitação

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de abril de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Alberto Bejani, Ivo José, José Alves Viana, Miguel Martini e Christiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença da Deputada Elaine Matozinhos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Alves Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Elias Victoria Pereira e Paulo Marcondes, proprietários da Auto-Escola Santa Luzia, João Wilson de Souza, Reilton Barbosa dos Santos, Edson Bicalho dos Santos e Carlos Antônio Virgílio, e discutir e votar proposições da Comissão. Sobre a mesa, a seguinte correspondência: Ofícios nºs 2.624, 2.746, 2.774 e 2.895/ASTEÇ, do Sr. José Antônio de Moraes, Corregedor-Geral de Polícia, que encaminham: os nomes de policiais civis postos à disposição desse órgão, em face de investigações que se desenvolvem; cópia dos procedimentos que têm ou tiveram curso no citado órgão; certidões expedidas pela justiça da Comarca de Jequitinhonha e pela Corregedoria, relativas aos Delegados de Polícia Jair Hélio da Silva e Hilário Alves Teixeira, bem como as folhas de antecedentes funcionais dos nominados; cópia do Ofício nº 296, de 6/4/99, originário da 3ª Delegacia Regional de Segurança Pública (Manhuaçu), que encaminha certidões e relatório expedidos pela Delegacia Adjunta de Trânsito e Acidentes dessa regional, referentes a inquéritos policiais ali instaurados sobre falsificação de Carteira Nacional de Habilitação. A seguir, são ouvidos os depoentes, cada um por sua vez, a quem são prestados os esclarecimentos sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. Registra-se o não-comparecimento do Sr. Carlos Antônio Virgílio. Cada depoente é devidamente qualificado e questionado pelos membros da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Ivo José, solicitando a convocação dos Srs. Sebastião Gualter Martins, Robson Maria dos Santos e José Martins para prestarem depoimento a esta Comissão; do Deputado Alberto Bejani, solicitando: a convocação do Delegado Oliveira Santiago, Chefe da Divisão de Pessoal do DETRAN-MG, para prestar esclarecimentos a esta CPI, e o fornecimento, pelo referido Departamento, do número de carteiras de habilitação para motociclistas emitidas por Belo Horizonte, da data de inauguração da pista no Parque da Gameleira até 30/12/98, o nome da cada habilitado, bem como o valor das taxas cobradas aos candidatos aos exames de habilitação pelo uso da pista em treinamento, em que conta e em qual Banco eram feitos os depósitos; do Deputado Miguel Martini, solicitando: convocação do Sr. Doraci Moreira Avelar, Presidente do Sindicato dos Proprietários de Auto-Escolas do Estado de Minas Gerais, para prestar depoimento a esta CPI; que se oficie ao DENATRAN para que forneça à Comissão o número de carteiras emitidas pelo DETRAN-MG nos anos de 1997 e 1998 e o número de carteiras renovadas, inclusive as de mudança de categoria, e que se oficie ao Delegado da 10ª Seccional da cidade de Ribeirão das Neves requisitando cópia de depoimentos ou inquérito e informações sobre a prisão do Sr. Márcio Pereira de Lima, acusado da venda de carteiras de habilitação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 1999.

João Leite, Presidente - José Alves Viana - Miguel Martini - Ivo José.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial para emitir parecer sobre a indicação do titular da junta comercial do estado de minas gerais - JUCEMG

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de abril de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Jorge Eduardo de Oliveira e Maria José Hauelsen. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida a Deputada Maria José Hauelsen para atuar como escrutinadora. Apurados os votos, são eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Deputado Glycon Terra Pinto e a Deputada Maria José Hauelsen. O Presidente "ad hoc" dá posse a Vice-Presidente eleita, que, na direção dos trabalhos, dá posse ao Presidente eleito. Este, por sua vez, agradece a escolha de seu nome e designa como relatora a Deputada Maria José Hauelsen. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se dia 20/4, às 16 horas, com a finalidade de se proceder à arguição pública do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito, indicado para a Presidência da JUCEMG, e, se possível, se apreciar o parecer da relatora, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Luiz Fernando - Fábio Avelar.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial para emitir parecer sobre a indicação do titular da junta comercial do estado de minas gerais - jucemg

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte de abril de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo, Fábio Avelar e Luiz Fernando. Registra-se também a presença do Deputado Alberto Pinto Coelho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Fernando, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito, indicado para o cargo de direção da Junta Comercial do



Estado de Minas Gerais - JUCEMG. A seguir, o Presidente solicita ao Sr. Marcos de Wellington de Castro Tito que faça um breve resumo de suas atividades profissionais anteriores e relate suas pretensões com relação à direção do referido órgão. Os Deputados escutam atentamente a exposição do indicado e ficam satisfeitos com a explanação feita por ele. Ato contínuo, o Presidente redistribui a relatoria da matéria ao Deputado Luiz Fernando. Logo após, suspende a reunião, para que o relator possa elaborar seu parecer. Reabertos os trabalhos, a Presidência passa a palavra ao relator, Deputado Luiz Fernando, que emite parecer favorável à aprovação do nome do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito para a direção da JUCEMG. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente suspende os trabalhos por alguns minutos, para que seja lavrada a ata. Reabertos os trabalhos, a Presidência, atendendo a requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos Deputados que a subscrevam. A seguir, agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos desta Comissão.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

**Jorge Eduardo, Presidente - Luiz Fernando - Fábio Avelar.**

#### ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 14 horas do dia 27/4/99

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública com a participação de representantes de entidades públicas e privadas, a Lei nº 12.789, de 18/4/98, que torna obrigatória a afixação de preço em produto comercializado no varejo e dá outras providências.

Convidados: Srs. Mário Vidigal Lage, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Auto-Adesivos; Stael Christian Riani, Inspetora Regional do Ministério da Justiça em Minas Gerais; Antônio Claret Nametala, Diretor Executivo da Associação Mineira de Supermercados -AMIS.

#### Discussão e votação de proposições da Comissão.

##### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Júlio e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/4/99, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 22 de abril de 1999.

Eduardo Daladier, Presidente.

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Cabo Morais, Marcelo Gonçalves e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/4/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 22 de abril de 1999.

**César de Mesquita, Presidente.**

##### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 4/99

Comissão Especial

Relatório

De autoria de 1/3 dos membros da Assembléia e tendo como primeiro signatário o Deputado Gil Pereira, a proposta de emenda em comento pretende dar nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição mineira.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 27/2/99, a proposição foi distribuída a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

Fundamentação

A educação é um direito fundamental do cidadão. É o que se depreende da Constituição Federal, que, em seu art. 205, dispõe que ela é direito de todos e dever do Estado.

Consoante tal princípio, e procurando criar mecanismos para sua efetiva aplicabilidade, a Carta Magna determina, em seu art. 212: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na

manutenção e desenvolvimento do ensino".

Observa-se aí a importância que a educação tem, pois essa norma é, na realidade, uma exceção à aplicação da regra do art. 167, IV, que veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

Em consonância com o disposto na Carta Magna, a Constituição mineira, em seu art. 201, optou por adotar o percentual mínimo previsto, considerando-o suficiente para atender às necessidades do Estado.

O que pode ser observado, no entanto, é que esse mínimo tem sido insuficiente, eis que um rápido exame dos relatórios do Tribunal de Contas do Estado permite verificar que, nos últimos anos, o Estado tem gasto mais de 40% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. À guisa de exemplo, segundo relatórios do Tribunal de Contas do Estado remetidos a esta Comissão, nos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998 foram aplicados 45,48%, 45,46%, 44,16% e 46,41%, respectivamente. Esses exemplos são suficientes para demonstrar que a educação em Minas Gerais exige bem mais do que o mínimo estipulado nas Cartas Federal e Estadual. O próprio relatório do Tribunal de Contas do Estado considera "louvável e salutar a iniciativa, considerando a relevância da educação no desenvolvimento da Nação, já tão carente de recursos humanos e culturais em comparação aos países chamados do Primeiro Mundo".

Analisando-se a proposta de emenda à Constituição em análise em seus aspectos formais, observa-se que ela atende plenamente ao disposto no art. 64, I, da Constituição Estadual, que exige que a proposta de emenda seja subscrita por, no mínimo, 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa.

Ademais, no campo das competências também não há óbice, eis que o art. 24, I e IX, da Constituição Federal, dispõe que a competência é concorrente com a União.

Quanto ao mérito, é escusado ressaltá-lo. Será sempre digna de loas a proposição que determine maior contingente de recursos públicos para investimento na educação. Embora reconhecendo o estágio elevado de desenvolvimento já alcançado por Minas Gerais, sabemos que ainda há muito por fazer, principalmente no que tange à qualidade do ensino ministrado em nossas escolas e ao salário dos professores, tão aviltado nas últimas décadas.

A oferta de vagas na escola média é ainda insuficiente para atender à demanda, exigindo mais e vultosos gastos do Estado com a educação.

São essas as razões que nos levam não apenas a concordar com o teor da proposta ora examinada, como, até mesmo, a considerá-la modesta em suas pretensões. Com efeito, entendemos que o percentual mínimo a ser aplicado pelo Estado pode e deve ser bem superior aos 25% hoje previstos. E pode e deve ser superior aos 30% que se pretende estabelecer. Para atender ao que consideramos a obrigação fundamental do Estado, entendemos que esse percentual deve ser elevado para 36,5%, o que não acarretará despesa extra, já que, conforme salientamos, aplicar percentual bem superior a esse já tem sido praxe nos últimos anos. Mas a elevação pretendida resguardará, para as futuras gerações, o compromisso inalienável dos governos mineiros com a educação de sua gente.

Devemos ressaltar que a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação, ao mesmo tempo em que transfere aos municípios o encargo de manter o ensino fundamental, impõe aos Estados as responsabilidades do ensino médio, de maior complexidade e oneração.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99 com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

#### EMENDA Nº 1

Substitua-se, no art. 1º, a expressão "30% (trinta por cento)" pela expressão "36,5% (trinta e seis e meio por cento)".

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Sebastião Costa, Presidente - Antônio Carlos Andrada, relator - Antônio Roberto.

#### Parecer para Turno Único da Mensagem Nº 14/99

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Titular da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG

#### Relatório

Por meio da Mensagem nº 14/99, que obedece à Emenda à Constituição nº 26, de 1997, que modificou o art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, e a decisão do egrégio Tribunal Federal, o Governador do Estado enviou a esta Casa, para exame, o nome do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito, indicado para ocupar o cargo de direção da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG.

Instituída esta Comissão Especial, nos termos do art. 111, I, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, cabe-nos emitir parecer a respeito da referida indicação.

Além de o indicado ter sido submetido a arguição pública, esta Comissão examinou o cumprimento dos demais critérios exigidos para a ocupação do cargo.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do indicado para ocupar o cargo de direção da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Luiz Fernando, relator - Fábio Avelar - Alberto Pinto Coelho.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 55/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Sebastião Navarro Vieira, o projeto de lei em análise visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Josefina Coelho de Souza, com sede no Município de Barroso.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do projeto com a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A referida entidade é sociedade civil com personalidade jurídica que, no decorrer dos anos, vem prestando importantes serviços à coletividade, uma vez que sempre busca promover a união e a participação das pessoas para a realização dos trabalhos de interesse social. Como método de ação, levanta a discussão dos problemas enfrentados pela comunidade e busca soluções, ao mesmo tempo que divulga suas atividades.

Fica demonstrado, pois, que a entidade se tornou merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões aludidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 55/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Christiano Canêdo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 62/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado João Leite, tem por objetivo declarar de utilidade pública a União Feminina Missionária Batista Mineira - UFMBM -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade mencionada presta importantes serviços voltados para a melhoria das condições de vida da população do Estado, congregando as mulheres batistas e promovendo ações que visam ao bem-estar de crianças, adolescentes e idosos. Por meio da edição, da publicação e da distribuição de literatura adequada, a entidade divulga os programas de sua organização.

Por realizar obra meritória e de longo alcance social, a instituição torna-se merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 62/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Amilcar Martins, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 79/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Ivo José, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, apresentando-lhe a Emenda nº 1. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva em turno único, conforme o disposto no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A referida entidade objetiva representar os aposentados e pensionistas de Minas Gerais perante órgãos da administração pública direta e indireta, bem como perante a sociedade em geral.

Para a consecução de seus objetivos estatutários, luta pela implantação e execução de políticas públicas de proteção aos aposentados, pensionistas e idosos, a fim de assegurar-lhes condições de ter uma vida digna, integrados efetivamente na sociedade.

Trabalha ainda, com todos os meios à sua disposição, pela preservação dos diversos órgãos da seguridade social, tarefa realizada juntamente com a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP.

Em vista do alcance social de seu benemérito trabalho, ela faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 79/99 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Luiz Menezes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 86/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Patos de Minas - AAPI -, com sede no Município de Patos de Minas.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada. Vem agora o projeto a esta Comissão, para deliberação conclusiva, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A AAPI vem prestando serviços de sustentação e defesa dos interesses e reivindicações de seus associados desde a sua fundação, em 1992.

Promove, também, a realização de simpósios, cursos, seminários e outros eventos, visando a incrementar as relações sociais entre os seus filiados.

Pelas atividades que vem realizando, torna-se a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 86/99 na forma original.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Amilcar Martins, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 87/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Hely Tarquínio, o Projeto de Lei nº 87/99 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente em Assistência Social dos Bons Samaritanos - ABONS -, com sede no Município de Patos de Minas.

Examinada inicialmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada. Vem agora o projeto a esta Comissão, para deliberação conclusiva, de acordo com o que preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Os objetivos sociais a que a ABONS se propõe, tais como oferecer consultas médicas e odontológicas, distribuir medicamentos e gêneros alimentícios a pessoas carentes, entre outros benefícios, refletem o seu eminente caráter filantrópico.

Pelas atividades de relevante alcance social que vem realizando, torna-se a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 87/99 na forma original.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1999.

Amilcar Martins, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 94/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o Projeto de Lei nº 94/99 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Loja Maçônica 14 de Julho nº 1.525, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta. A seguir, foi encaminhada a esta Comissão para deliberação conclusiva em turno único, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade ora examinada tem como objetivo fundamental a luta para colocar em prática os princípios máximos da maçonaria, como, por exemplo, o cumprimento dos deveres e das obrigações pelo cidadão.

Também implementa atividades visando a minorar o sofrimento das pessoas e promover a educação e o incentivo à cultura.

Em vista do alcance social de seu trabalho, ela se torna merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 94/99 em turno único, na forma proposta.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1999.

**João Pinto Ribeiro, relator.**

#### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 20/4/99, as seguintes comunicações:

Do Deputado Irani Barbosa, informando que estará ausente do País no período de 18/4/99 a 25/4/99. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Carlos Pimenta, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Simeão Ribeiro Pires, ocorrido em 18/4/99. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Luiz Menezes (2), dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Ary Dias Duarte, ocorrido em 12/4/99, e da Sra. Marília Maria Lage, ocorrido em 12/4/99, em Itabira. (- Ciente. Oficie-se.)

**Da Deputada Elaine Matozinhos (2), dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Valdenez Rodrigues da Costa e de Keynne Cristi Marcenis de Oliveira, ambos ocorridos em 19/4/99, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)**

#### PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 8ª REUNIÃO DE DEBATES

Discurso Proferido em 19/4/99

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Deputado João Paulo, componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros na galeria que nos visitam hoje, companheiros da imprensa, telespectadores da TV do Legislativo, no fim de semana, estive em Andradás, no Sudoeste de Minas, cidade famosa por seus vinhos, onde tive a grata satisfação de ser votado, onde fico muito à vontade e onde preservo grandes amigos.

Fui convidado pela Sra. Maria Guilhermina, secretária da Câmara Municipal, para uma festa beneficente, em prol das obras da Santa Casa de Misericórdia.

Foi um bonito baile, com jantar e "show" de Jair Rodrigues, em que toda a sociedade de Andradás se uniu para arrecadar fundos para a Santa Casa.

Fiquei impressionado com a beleza e organização do evento e não poderia deixar de registrar, aqui, meus cumprimentos à comissão organizadora, que se encarrega das promoções que acontecem periodicamente e recebem a maciça adesão de toda a sociedade andradense.

É esse envolvimento da sociedade nos problemas das cidades que precisamos levar a todas as regiões do Estado.

Mas fui convidado também para participar de uma reunião, que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Fernando Molinari Perez, dos Vereadores Zezinho Salles e Claiton Alves e do Promotor de Justiça, Sr. Nívio Leandro Previato.

O objetivo foi solicitar nossa interferência junto ao Tribunal de Justiça e ao Governador, para a criação de uma segunda vara judiciária para a comarca.

Andradás conta hoje, com uma população de mais de 30 mil habitantes, é responsável pelo atendimento judiciário também de Ibitiúra de Minas e está sobrecarregada de processos, existindo atualmente uma média de 2.300 processos em tramitação.

Com apenas uma Juíza e um Promotor, a estrutura de uma única vara já não é suficiente, o que desestimula a população a buscar solução na justiça, tal a demora de atendimento. Não que não haja um esforço dos integrantes do fórum, mas por se tratar de um número excessivamente alto de processos.

Para se ter uma idéia, enquanto Andradás convive com os 2.300 processos, cidades vizinhas, como Botelhos, têm uma média de 450; Caldas, de 1.000. Em Poços de Caldas, por outro lado, existem sete Juizes e sete Promotores.

Por considerar extremamente justo o pedido de toda a comunidade, vou me empenhar em conseguir a criação da 2ª vara.

Além desse pronunciamento, já está agendada uma visita ao Desembargador Lúcio Urbano, Presidente do Tribunal de Justiça, para que seja encaminhado o requerimento aprovado pela Câmara Municipal, bem como meu pedido.

Neste momento, Srs. Deputados, peço a ajuda de todos, para que toda a Assembléia se engaje nessa cruzada de Andradas por mais uma vara judiciária.

Para isso, estou colhendo as assinaturas de todos os Líderes de partido em ofício ao Tribunal de Justiça, o que significa a concordância dos 77 Deputados que compõem esta Casa.

Acredito que mais importante do que a paternidade da iniciativa de criação da 2ª vara de Andradas é o resultado concreto junto ao Tribunal de Justiça.

Como sou político de resultados, estou repartindo com meus colegas esta empreitada, para que consigamos uma resposta positiva e imediata.

E como o projeto de lei de reformulação do Poder Judiciário deve ser encaminhado à Assembléia até 15 de maio, é preciso que nos mobilizemos com urgência, para garantir à justiça de Andradas, melhores condições de trabalho.

Acrescento, ainda, que a criação da 2ª vara conta já com a facilidade de uma infra-estrutura física adequada na cidade, já que o fórum local tem todas as condições de abrigar outros Juizes e Promotores, bem como os servidores complementares.

Estarei também em contato com o Governador, para que o pleito de Andradas receba o maior apoio possível e seja vitorioso. Afinal, a cidade merece todo o empenho da Assembléia Legislativa, já que é uma das mais aprazíveis e progressistas do Sudoeste mineiro e conta com uma população maravilhosamente receptiva e hospitaleira.

Muito obrigado, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e senhores.

ERRATA

Na publicação do resumo dos requerimentos apresentados na 8ª Reunião de Debates, verificada na edição de 21/4/99, na pág. 23, col. 2, onde se lê:

"Nº 214/99, do Deputado João Batista de Oliveira", leia-se:

"Nº 214/99, da Comissão de Política Agropecuária".